

Marcel Youzen Kikuchi Brunello

*Produtos Bancários*

Trabalho de Formatura apresentado à  
Escola Politécnica da Universidade de São  
Paulo para obtenção do Diploma de  
Engenheiro de Produção – Área Mecânica.

São Paulo

2002

TF 2002  
B 835.p

Marcel Youzen Kikuchi Brunello

*Produtos Bancários*

Trabalho de Formatura apresentado à  
Escola Politécnica da Universidade de São  
Paulo para obtenção do Diploma de  
Engenheiro de Produção – Área Mecânica.

Orientador:  
Prof. Dr. Nilton Nunes Toledo

São Paulo

2002

*À minha família,  
base de tudo o que sou.*

# Agradecimentos

Ao professor Nilton Nunes Toledo pelas idéias, conselhos, paciência e persistência fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos professores da Escola Politécnica e do Departamento de Engenharia de Produção pela paixão, motivação e disposição com que ensinam. Gostaria de agradecer alguns dos professores que tiveram participação marcante na minha formação: Elói Medina Galego, Márcio Abraham, Gregório Bouer e Afonso Carlos Correa Fleury.

Aos colegas alunos da Escola Politécnica e membros da fantástica turma de Engenharia de Produção 98. Tenho certeza que nesses cinco anos construí amizades que levarei pelo resto da minha vida.

## Resumo

O trabalho busca identificar oportunidades de melhoria para as instituições financeiras através do estudo dos principais produtos bancários negociados no mercado. Ao longo do texto, serão feitas diversas análises verificando como são definidos e especificados os produtos bancários na prática. Com base nestas análises, será proposta uma metodologia padronizada para definição e especificação. Espera-se que através dessa proposta fique mais claro e fácil a identificação dos pontos críticos para melhoria dos produtos e dos seus respectivos processos de “produção” dentro das instituições financeiras.

# Abstract

This work seeks chances of financial institutions' improvement through the study of the main negotiated banking products in the market. Along the text, will be made many analyses to identify how are defined and specified banking products. Based on those analyses, it will be proposed a standardized methodology of products' definition and specification. It's expected that this methodology will make easier the identification of critical points for improvement of products and it's respective processes of production inside financial institutions.

# Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. Objetivo.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2. Descrição do Banco \$\$\$.....</b>	<b>6</b>
1.2.1. Tesouraria.....	7
1.2.2. Cambio .....	9
1.2.3. Crédito .....	9
<b>1.3. Período de Trainee.....</b>	<b>10</b>
<b>2. Os Produtos Bancários .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1. Mercado Bancário .....</b>	<b>12</b>
2.1.1. Instituições Financeiras .....	12
2.1.2. Balanço Patrimonial .....	21
2.1.3. Conclusões .....	25
<b>2.2. Produtos Bancários .....</b>	<b>28</b>
2.2.1. Ativos .....	28
2.2.1.1. Disponibilidades .....	28
2.2.1.2. Aplicações Interfinanceiras .....	28
2.2.1.3. Títulos e Valores Mobiliários .....	29
2.2.1.3.1. Ações .....	29
2.2.1.3.2. Títulos Públicos.....	30
2.2.1.3.3. Títulos Privados .....	33
2.2.1.4. Relações Interfinanceiras .....	34
2.2.1.5. Operações de Crédito .....	35
2.2.1.5.1. Assunção de Dívida .....	35
2.2.1.5.2. Desconto de Duplicatas .....	35
2.2.1.5.3. Cessão de Crédito .....	35
2.2.1.5.4. Capital de Giro.....	35
2.2.1.5.5. Vendor .....	36
2.2.1.5.6. Compor.....	36
2.2.1.5.7. Fiança.....	36
2.2.1.5.8. ACC/ACE.....	37
2.2.1.5.9. Export Note .....	38
2.2.2. Passivo .....	39
2.2.2.1. Depósito.....	39
2.2.2.1.1. Poupança .....	39
2.2.2.1.2. Conta Corrente: .....	39
2.2.2.1.3. Fundos .....	40
2.2.2.2. Captações.....	41
2.2.2.2.1. CDB.....	41
2.2.2.2.2. RDB.....	42
2.2.2.3. Obrigações por empréstimos.....	43
2.2.2.4. Obrigações por repasse .....	43
2.2.2.4.1. FINAME.....	43
2.2.2.4.2. Resolução 2770 – antiga 63 .....	44
2.3. Conclusões .....	45

<b>3. O Processo.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1. Clientes.....</b>	<b>48</b>
3.1.1. Officer .....	49
3.1.2. Operador.....	49
3.1.3. Backoffice .....	49
3.1.4. Gerente.....	50
3.1.5. Registro .....	50
3.1.6. Governo.....	50
3.1.7. Consumidor.....	51
<b>3.2. Concorrentes.....</b>	<b>52</b>
3.2.1. CDB .....	53
3.2.2. Poupança.....	55
3.2.3. Fundo .....	57
3.2.4. Conclusões .....	58
<b>3.3. Fluxogramas.....</b>	<b>59</b>
3.3.1. Aplicação .....	59
3.3.2. Resgate .....	64
3.3.3. Resgate Antecipado .....	66
<b>3.4. Sistema de Informação .....</b>	<b>68</b>
<b>4. Análise do Produto e do Processo.....</b>	<b>69</b>
<b>4.1. Ferramenta da Qualidade .....</b>	<b>70</b>
<b>4.2. Plano da Qualidade.....</b>	<b>75</b>
<b>5. Conclusões .....</b>	<b>78</b>
<b>6. Bibliografia.....</b>	<b>81</b>
<b>7. Anexos.....</b>	<b>83</b>
<b>7.1. SELIC .....</b>	<b>84</b>
<b>7.2. CETIP .....</b>	<b>84</b>
<b>7.3. Questionários .....</b>	<b>85</b>
<b>7.4. Formulários de Cadastro de Clientes .....</b>	<b>88</b>
<b>7.5. Carta de Resgate Antecipado.....</b>	<b>90</b>
<b>7.6. Relatórios Contábeis .....</b>	<b>91</b>

## **Listas de Figuras**

Figura 2.1.3.1. Gráfico do Ativo .....	26
Figura 2.1.3.1. Gráfico do Passivo .....	27
Figura 2.3.1. Gráfico da Estrutura Financeira do Ativo .....	45
Figura 2.3.2. Gráfico da Estrutura Financeira do Passivo .....	46
Figura 3.2.1.1. Gráfico Poupança x CDB .....	56
Figura 3.3.1.1. Gráfico do Fluxo da Emissão do CDB .....	63
Figura 3.3.2.1. Gráfico do Fluxo do Resgate do CDB .....	65
Figura 3.3.3.1. Gráfico do Fluxo do Resgate Antecipado do CDB .....	67
Figura 3.4.1. Modelo do RO .....	68

## **Listas de Tabelas**

Tabela 2.1.1.1. Total de Ativos por Instituição Financeira .....	14
Tabela 2.1.1.2. Auditores .....	16
Tabela 2.1.1.3. Patrimônio Líquido e Lucro Líquido .....	17
Tabela 2.1.1.4. Rentabilidade do Patrimônio .....	19
Tabela 2.1.1.5. Resultados .....	20
Tabela 2.1.2.1. Balanço Patrimonial .....	22
Tabela 2.1.2.2. Balanço Patrimonial Simplificado .....	24
Tabela 2.2.1.4.1. Compulsório .....	34
Tabela 3.2.1.1. Taxa de Remuneração Mensal do CDB .....	53
Tabela 3.2.1.2. Cálculo da Aplicação em CDB por um ano .....	54
Tabela 3.2.2.1. Taxa de Remuneração da Poupança .....	55
Tabela 3.2.2.2. Cálculo da Aplicação na Popança por um ano .....	56
Tabela 3.2.3.1. Cálculo da Aplicação no Fundo por um ano .....	57
Tabela 3.3.1.1. Personagens na Emissão do CDB .....	62
Tabela 3.3.2.1. Personagens no Resgate do CDB .....	64
Tabela 3.3.3.1. Personagens no Resgate Antecipado do CDB .....	66
Tabela 4.1.1. Estrutura da Matriz 1 .....	72
Tabela 4.1.2. Matriz 1 .....	73
Tabela 4.1.3. Matriz 2 .....	74
Tabela 4.2.1. Matriz 3 .....	75

# **1. Introdução**

## **1.1. Objetivo**

*Demonstrar as vantagens de rigorosa especificação dos produtos bancários e dos seus processos de obtenção.*

Estamos passando por um período de constantes mudanças sociais, políticas e econômicas. Para se manterem competitivas, as empresas necessitam se adaptar cada vez mais rápido a estas mudanças. O mercado bancário não está passando ileso por essas transformações. Os bancos estão tendo que desenvolver diversos produtos para atender uma demanda cada vez mais exigente e cautelosa. Devido a constante necessidade de inovação e desenvolvimento, os produtos bancários passaram a ter um ciclo de vida cada vez mais curto. Neste cenário, surge o campo de estudo desse trabalho.

Observa-se que os produtos bancários não são detalhadamente especificados no mercado bancário. Isso provoca dificuldades para sua comercialização e controle de qualidade dentro da instituição financeira.

O objetivo deste trabalho é propor um método para especificação de produtos e processos que proporcione um melhor controle de custos e de qualidade para as instituições financeiras.

## **1.2. Descrição do Banco \$\$\$**

Uma das condições para que se pudesse realizar este trabalho, foi a promessa de manter sigilo sobre a identidade do banco estudado. Além disso, foi feito um acordo no sentido de não revelar nenhum aspecto ou informação de caráter tático e estratégico para a organização. Será feito a seguir uma descrição da empresa revelando apenas os aspectos necessários para o leitor poder se posicionar durante o texto. O banco estudado passará a ser identificado como Banco \$\$\$.

O Banco \$\$\$ é um banco múltiplo brasileiro, ele é conhecido no mercado por oferecer uma vasta gama de produtos e serviços financeiros. A maioria dos seus clientes é composta por empresas brasileiras e multinacionais de primeira linha. O banco \$\$\$ iniciou as suas atividades em 1998 na sua matriz localizada na cidade de São Paulo. Hoje conta com 470 funcionários trabalhando na matriz e nas quatro agências localizadas nas principais capitais do cone sul-sudeste e duas fora do Brasil. Segundo a revista Exame – Maiores e Melhores de Jul de 2002, o Banco \$\$\$ está colocado entre os 20 maiores bancos por patrimônio líquido do mercado financeiro brasileiro.

## Estrutura

Para o estudo proposto neste texto, será necessário o conhecimento de alguns detalhes da estrutura organizacional da empresa. A estrutura do Banco \$\$\$ é muito complexa e intrincada. O seu estudo completo não agregaria muito ao trabalho como um todo. Serão focados apenas algumas áreas principais relacionadas com os produtos e as rotinas descritas ao longo do texto.

Pode-se identificar três grandes áreas de negócios no Banco \$\$\$ .

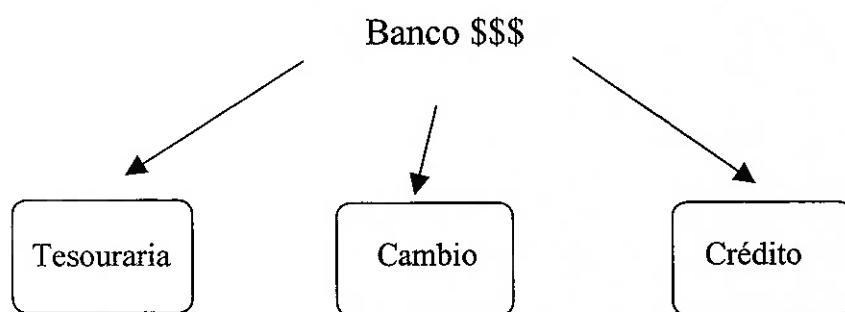


Figura 1.2.1. Estrutura do Banco \$\$\$

### 1.2.1. Tesouraria

As principais funções da Tesouraria consistem em zelar pela liquidez da instituição financeira, estabelecer bases de preços para as operações no mercado doméstico e administrar o recursos em caixa do Banco \$\$. A principal fonte de recursos da instituição financeira em moeda local é a emissão e venda de CDBs.

A figura 1.2.1.1. mostra a estrutura detalhada da Tesouraria :

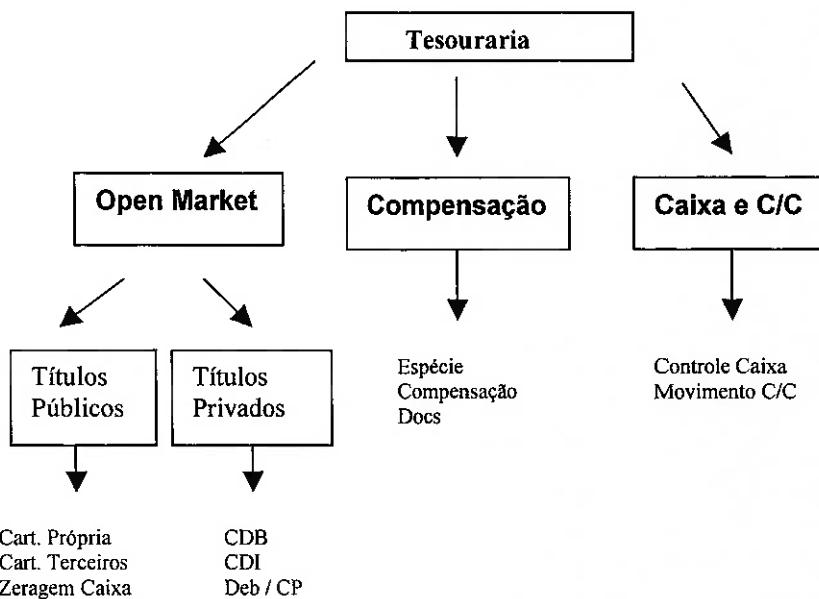


Figura 1.2.1.1. Estrutura da Tesouraria

### Setor de Compensação

A área de Compensação é responsável pela compensação de todos os cheques, Docs e cobranças executadas pelo Banco \$\$\$, bem como o controle e guarda dos valores em espécie.

### Setor de Caixa e Contas Correntes

O setor de caixa e conta correntes controla todas as entradas e saídas de recursos do banco em reais. Este é o setor responsável pela administração da conta reservas do Banco \$\$\$ no Banco Central. Essa conta é uma conta mantida compulsoriamente no BC para movimentação das transações interbancárias. Essas contas de reservas passaram por uma grande reestruturação com a implantação do SPB – Sistema de Pagamento Brasileiro. Antes do SPB, a movimentação nas conta de reservas eram feitas livremente, chegando até a ficar com saldos negativos durante o dia. O BC monitorava apenas a posição da conta no final do dia. Com a implantação do SPB, as contas reservas nunca poderão

ficar com saldo negativo em nenhum momento do dia. Através de uma rede conectando todo o sistema bancário o BC consegue controlar todas as transações em tempo real, não permitindo que as contas de reserva fiquem com saldo negativo em nenhum momento do dia. Pode-se concluir que o SPB aumentou a segurança do sistema monetário nacional, mas também exigiu das instituições financeiras um grande investimento em tecnologia e treinamento de funcionários para efetuar um controle mais rígido da conta de reserva no BC.

### **Setor de Open Market**

O setor de Open Market é responsável pelas operações de títulos públicos e de títulos privados. Dentre as principais operações destacam-se as captações em CDB e CDI.

#### **1.2.2. Cambio**

Todas as operações envolvendo clientes estrangeiros irão passar pela área de cambio. Se há moeda estrangeira envolvida no negócio, haverá necessidade de fechamento de cambio em algum momento da transação. As principais moedas negociadas no mercado financeiro são dólar, yen e euro.

Além deste aspecto de conversão de moedas, existem produtos característicos da área, como por exemplo, os adiantamentos sobre contrato de cambio (ACC e ACE).

#### **1.2.3. Crédito**

A área de crédito analisa minuciosamente a situação econômico-financeira de diversas empresas e grupos econômicos. Os relatórios emitidos por esta área servirão de base para tomada de decisões sobre investimentos e créditos em diversas empresas. Além disso, a área de crédito está constantemente calculando riscos e estabelecendo limites para operações financeiras com cada cliente do banco.

Os principais produtos negociados nesta área são os descontos de duplicatas, assunções de dívida, capital de giro, etc.

### 1.3. Período de Trainee

Nesta parte do trabalho será feita uma breve descrição das minhas principais atividades exercidas no Banco \$\$\$ com o objetivo de ilustrar o contexto em que foi desenvolvido o trabalho.

O programa de trainee teve início em novembro de 2001 e foi estruturado de maneira que passaria por quatro diferentes áreas permanecendo três meses em cada uma delas.

Junto com o RH, foi definida uma trilha de áreas que estavam alinhadas com a minha formação acadêmica, preferências pessoais e disponibilidades do banco.

A primeira área por onde passei foi a tecnologia. Nesta área, pude ter uma idéia do funcionamento dos servidores e da estrutura da rede utilizada pelo banco. Tive também a oportunidade de acompanhar e tomar parte no desenvolvimento do sistema de troca de mensagens desenvolvido para os pilotos de reserva na tesouraria.

Na área seguinte, fui para a contabilidade onde trabalhei principalmente na parte de consolidação de balanços contábeis. Foi muito interessante observar na prática os conceitos de contabilidade explicados em PRO-171 e PRO-172.

A próxima etapa da minha trilha foi a tesouraria. Essa foi a área onde tive maior contato com os produtos bancários negociados pelo banco \$++. Observei na prática como são feitas a negociações e operações de diversos produtos . A última etapa por onde passei foi a área de fundos de investimento onde pude ter um contato um pouco maior com os clientes do banco \$++.

## **2. Os Produtos Bancários**

## 2.1. Mercado Bancário

### 2.1.1. Instituições Financeiras

Nesta parte do trabalho será feita uma breve análise do mercado bancário brasileiro sob o ponto de vista contábil. Neste levantamento procura-se uma instituição financeira que apresente as características necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

O objetivo maior desse texto é o estudo do processamento de um produto bancário que tenha grande importância para as instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. Para localizar esse produto, preciso restringir o campo amostral de instituições financeiras disponíveis para análise. Tomando como base inicial a classificação da Revista Exame<sup>1</sup>, foram selecionadas oito instituições financeiras que apresentavam os mais detalhados balanços patrimoniais e demonstrações de resultados. Chegou-se à seguinte lista de bancos:

- Banco do Brasil;
- Itaú;
- Bradesco;
- Unibanco;
- Safra,
- ABN AMRO;
- Sudameris;
- HSBC.

---

<sup>1</sup> A classificação foi feita tomando-se como base o patrimônio líquido dos bancos.

Restrito o universo de instituições financeiras, foram definidas cinco características que fundamentais para o objetivo do trabalho. Essas características, em ordem de importância, são:

1. participação no mercado brasileiro;
2. diversidade de atuação;
3. clareza na publicação das demonstrações financeiras e balancetes patrimoniais;
4. confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros;
5. lucratividade;

A lucratividade é desejável, mas não é o ponto principal para o trabalho. Busca-se, primordialmente, uma instituição financeira que tenha uma ampla atuação no mercado, com um grande repertório de produtos financeiros disponíveis - características 1 e 2. As características 3 e 4 são importantes para que se possa escolher criteriosamente o produto objeto de estudo baseando-se em dados precisos e confiáveis.

Definidas as características, o próximo passo para escolha da instituição financeira é traduzir cada uma delas em números presentes nos relatórios financeiros das instituições financeiras estudadas. Todos os relatórios financeiros utilizados neste trabalho são referentes ao exercício contábil do ano de 2001.

A participação no mercado e a diversidade de atuação são dois fatores diferentes que estão intimamente relacionados com o volume de ativos do banco. Quanto maior o volume de ativos, maior será a presença da instituição financeira no mercado bancário. Seguindo pela mesma linha de raciocínio, quanto maior for o total de ativos, será teoricamente maior o leque de opções para atuação em diversos setores do ramo bancário.

Na tabela 2.1.1.1. são mostrados os ativos consolidados por instituição financeira :

	Atv (1000R\$)	% Relativa
Banco do Brasil	165.120.024	32,10
Bradesco	110.115.906	21,40
Itaú	81.806.964	15,90
Unibanco	55.616.443	10,81
ABN AMRO	31.134.703	6,05
Safra	29.150.349	5,67
HSBC	22.797.577	4,43
Sudameris	18.715.645	3,64
<b>TOTAL</b>	<b>514.457.611</b>	<b>100</b>

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.1. Total de Ativos por Instituição Financeira

A partir dos dados da tabela pode-se observar que o Banco do Brasil lidera isoladamente nesta categoria com mais de 165 bilhões de reais em ativos. Quase 50 % mais ativos do que o segundo colocado, o Bradesco. Essa liderança fica evidente no gráfico 2.1.1.1.:

**Ativos**

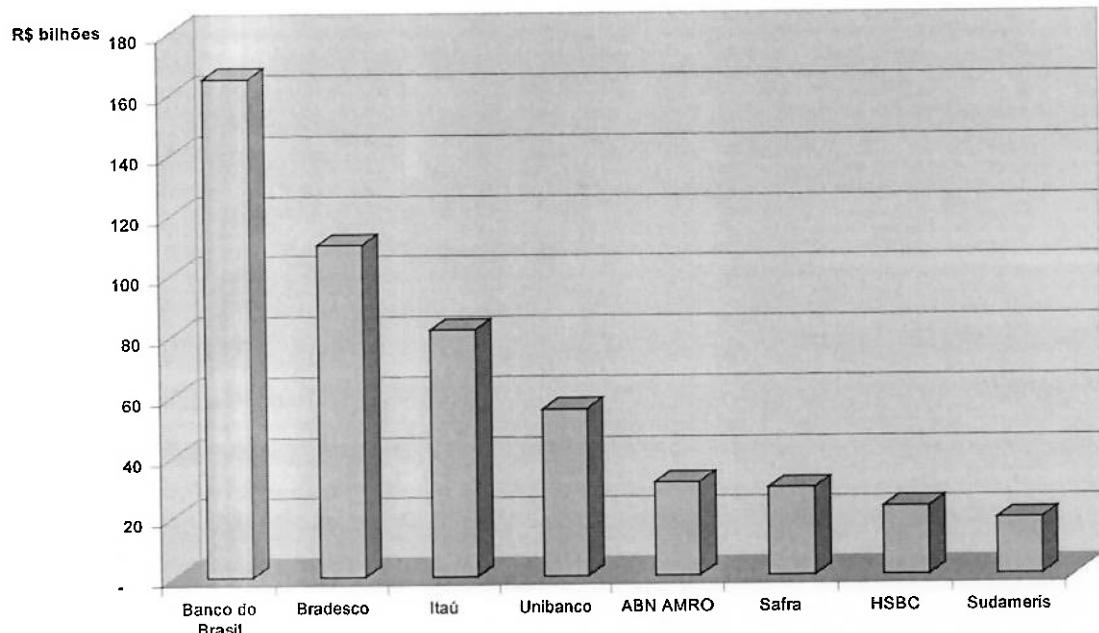


Figura 2.1.1.1. Gráfico dos Ativos

A clareza e a objetividade na publicação das demonstrações financeiras e balancetes patrimoniais é um critério subjetivo que pode variar de pessoa para pessoa. Apesar de saber que quantidade de danos não significa a mesma coisa que qualidade, será definido como indicador desta característica, a quantidade de páginas da publicação do relatório oficial de informações contábeis da instituição financeira.

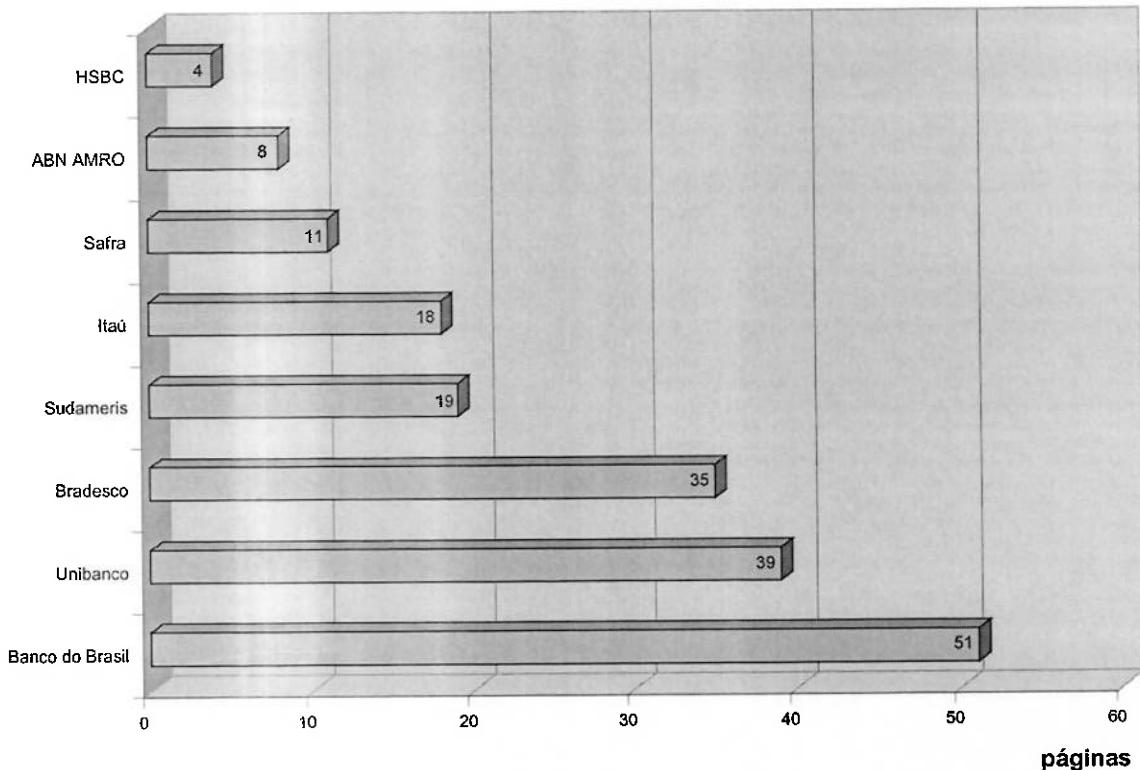


Figura 2.1.1.2. Gráfico das Páginas

Por este gráfico pode-se observar que o relatório oficial publicado pelo Banco do Brasil foi o maior entre as instituições financeiras estudadas. Além disso, o Banco do Brasil foi a instituição financeira que publicou o relatório mais detalhado, claro e objetivo de todos os outros.

A confiabilidade dos dados apresentados nos relatórios financeiros depende muito da companhia responsável pelo seu levantamento e auditoria. Esta

companhia deve ser completamente independente da instituição financeira auditada e deve ter uma sólida reputação no mercado de auditorias . Na tabela 2.1.1.2. pode-se observar as companhias responsáveis pelos balancetes e demonstrações contábeis das instituições financeiras analisadas:

	<b>Auditor Responsável</b>
Banco do Brasil	PricewaterhouseCoopers
Itaú	PricewaterhouseCoopers
Bradesco	KPMG
ABN AMRO	KPMG
Sudameris	Ernst & Young
Unibanco	Deloitte Touche Tohmatsu
Safra	Deloitte Touche Tohmatsu
HSBC	Deloitte Touche Tohmatsu

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.2. Auditores

Pelos dados da tabela acima conclui-se que as informações contábeis contidas nos relatórios de todas as instituições financeiras foram auditadas por companhias de primeira linha, com sólida reputação no mercado.

Existem muitas maneiras para avaliar a lucratividade de uma instituição financeira. Não é de interesse deste texto esgotar ou mesmo propor formas para calcular a lucratividade das instituições financeiras . Para a análise feita neste trabalho será utilizada uma medida mais direta e simplificada.

Inicialmente serão observados dois fatores: o patrimônio líquido (PL) e o lucro líquido (LL).

	PL (1000R\$)	LL (1000R\$)
Bradesco	9.767.946	2.170.130
Banco do Brasil	8.747.353	1.081.952
Itaú	7.578.222	2.353.727
Unibanco	7.106.025	971.941
ABN AMRO	5.134.758	370.461
Safra	1.790.036	397.660
Sudameris	1.276.019	177.584
HSBC	947.923	80.531

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.3. Patrimônio Líquido e Lucro Líquido

### Patrimônio Líquido

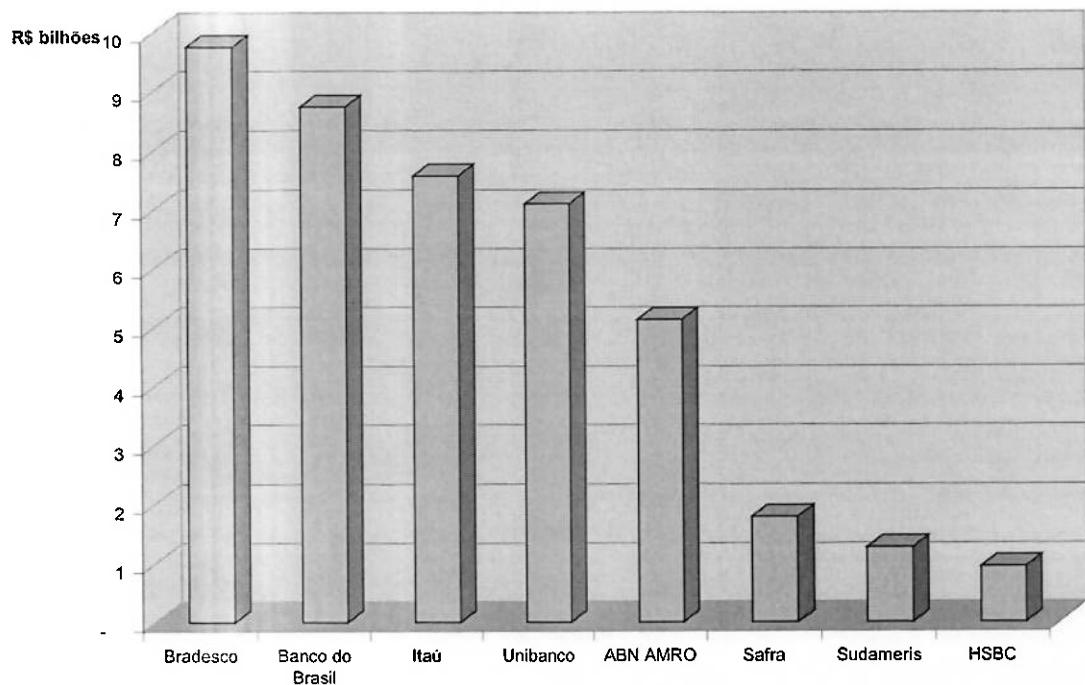


Figura 2.1.1.3. Gráfico do PL

Neste gráfico pode-se observar que o banco com maior patrimônio líquido é o Bradesco com mais de 9 bilhões de reais.

## Lucro Líquido

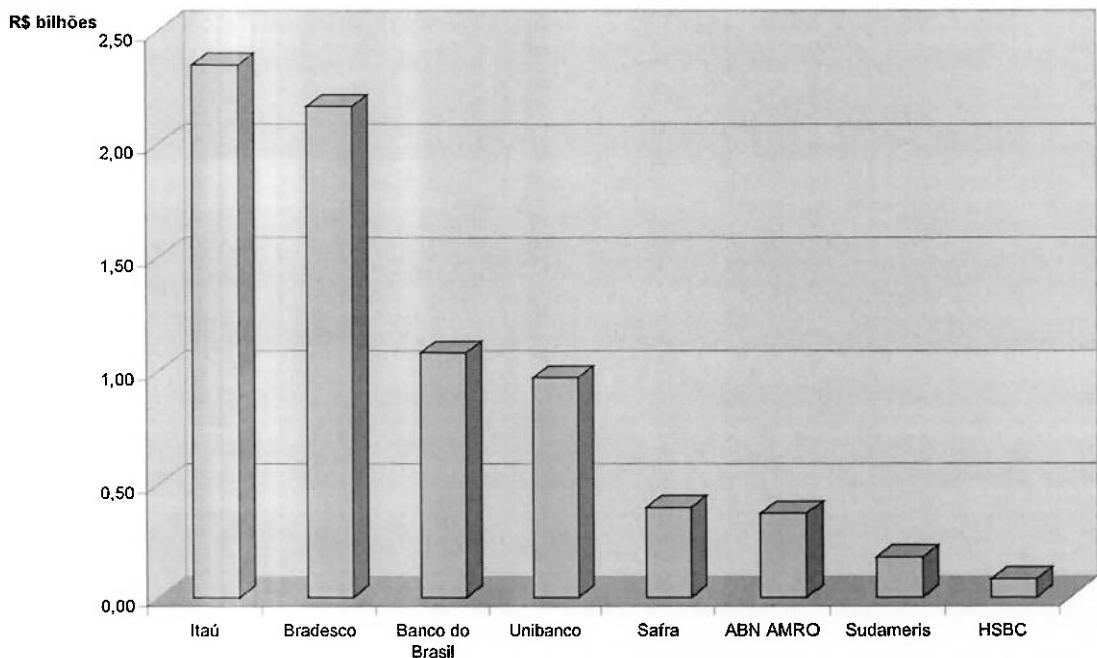


Figura 2.1.1.4. Gráfico do LL

Pode-se constatar que, na prática, o lucro líquido não está diretamente relacionado com o patrimônio líquido do banco. O Itaú - que no gráfico anterior ficou colocado como o terceiro maior patrimônio líquido - foi a instituição financeira com maior lucro no período contábil de 2001 .

Agora será feita uma análise para poder obter a instituição financeira com maior lucratividade do campo amostral. Para tanto, será utilizado um indicador que relaciona o patrimônio líquido com o lucro líquido no período contábil. Esse indicador é o retorno sobre o patrimônio líquido (RPL) e é definido pelo quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da instituição financeira. O RPL indica a rentabilidade do capital investido pelos acionistas do banco.

	PL (1000R\$)	LL (1000R\$)	RP(%)
Banco do Brasil	8.747.353	1.081.952	12,37
Bradesco	9.767.946	2.170.130	22,22
Itaú	7.578.222	2.353.727	31,06
Unibanco	7.106.025	971.941	13,68
ABN AMRO	5.134.758	370.461	7,21
Safra	1.790.036	397.660	22,22
HSBC	947.923	80.531	8,50
Sudameris	1.276.019	177.584	13,92

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.4. Rentabilidade do Patrimônio

### Rentabilidade do PL

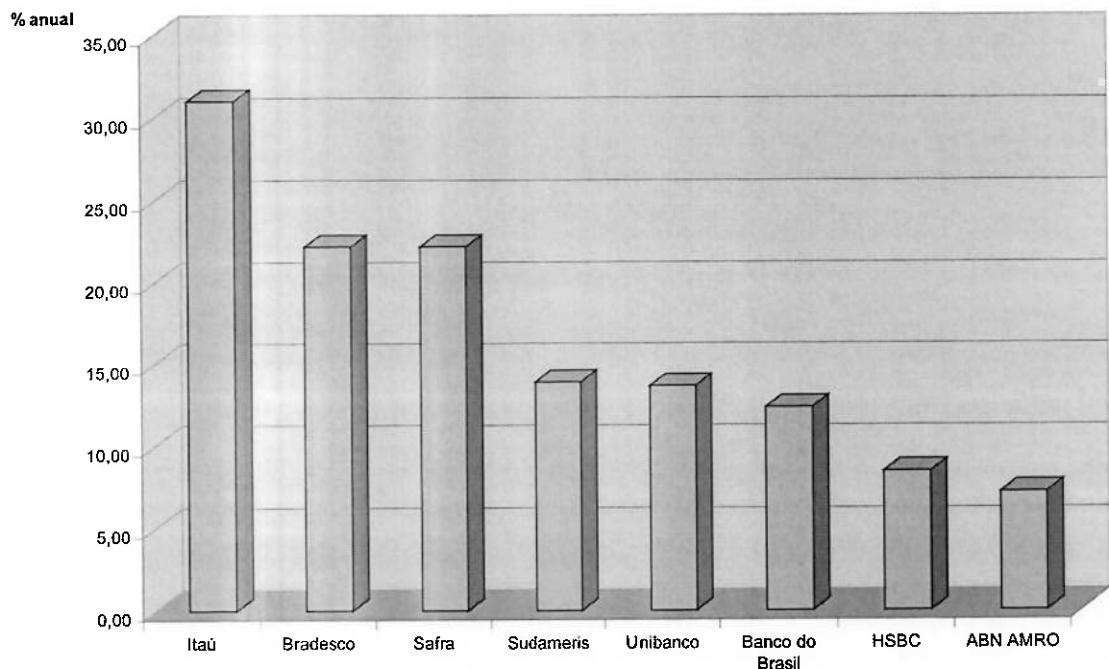


Figura 2.1.1.5. Rentabilidade do PL

Pelos critérios adotados pode-se concluir que o Itaú foi o banco mais lucrativo no ano de 2001.

## Conclusões:

Após estas análises feitas para o mercado bancário, pode-se montar a seguinte tabela com o resumo dos resultados:

	Características	Vencedor
1	Participação no mercado	Banco do Brasil
2	Diversidade	Banco do Brasil
3	Clareza dos dados	Banco do Brasil
4	Confiabilidade dos dados	Todos
5	Lucratividade	Itaú

Tabela 2.1.1.5. Resultados

Como foi explicado nas definição das características, a lucratividade é desejável mas não é o ponto principal para o trabalho. Está sendo procurada uma instituição financeira com ampla atuação no mercado e com um grande repertório de produtos financeiros disponíveis - características 1 e 2. Por todos estes motivos expostos, pode-se concluir que a instituição financeira mais adequada para dar seqüência ao trabalho é o Banco do Brasil.

A partir de agora as características 3 e 4 serão de fundamental importância. A próxima etapa do estudo será um aprofundamento nos dados contábeis do Banco do Brasil em busca do produto objeto de estudo.

### **2.1.2. Balanço Patrimonial**

No capítulo anterior foi escolhida uma instituição financeira que tinha o perfil necessário para a análise que será feita nesta parte do texto. Características como participação no mercado, diversidade de atuação e clareza na publicação dos relatórios contábeis serão de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho.

Ao término de cada período do exercício contábil, as instituições financeiras disponibilizam basicamente três tipos de relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

Para as análises comparativas feitas no capítulo anterior, foram consultados esses três relatórios de cada instituição financeira estudada. Nesta parte, será feito um aprofundamento no estudo do Balanço Patrimonial apenas. Este é o relatório mais pertinente para as análises propostas para este capítulo. O estudo dos demais relatórios contábeis do Banco do Brasil seria muito interessante mas fugiria dos propósitos do texto.

O Balanço Patrimonial Oficial publicado pelo Banco do Brasil é um relatório elaborado em um nível de detalhamento muito profundo. O objetivo desta parte do trabalho não é uma análise minuciosa de balanços de instituições financeiras. Portanto, antes de iniciar o estudo, serão feitas algumas simplificações no Balanço Patrimonial Oficial.

A Serão agrupadas algumas contas comuns de maneira a diminuir o nível de detalhamento do relatório.

Na tabela 2.1.2.1. pode-se observar um Balanço Patrimonial já com as contas agrupadas:

<b>Balanço Patrimonial Banco do Brasil 2001</b>					
			000R\$		000R\$
1.	<b>Ativo</b>	165.120.024	2.	<b>Passivo</b>	156.372.671
1.1	Circulante	69.533.217	2.1	Circulante	121.971.839
1.1.1	Disponibilidades	5.666.726	2.1.1	Depósitos	64.446.804
1.1.2	Aplicações Interfinanceiras	12.592.216	2.1.2	Captações	38.890.642
1.1.3	Títulos e Valores Mobiliários	7.738.990	2.1.3	Obrigações por Empréstimos	4.189.605
1.1.4	Relações Interfinanceiras	8.609.659	2.1.4	Obrigações por Repasse	610.619
1.1.5	Operações de Crédito	34.614.397	2.1.5	Outras Obrigações	13.834.169
1.1.6	Outros	311.229			
1.2	Realizável de Longo Prazo	91.212.961	2.2	Exigível de Longo Prazo	34.400.832
1.2.1	Aplicações Interfinanceiras	22.116	2.2.1	Depósitos	8.989.152
1.2.2	Títulos e Valores Mobiliários	54.725.230	2.2.2	Captações	4.862.276
1.2.3	Operações de Crédito	36.396.985	2.2.3	Obrigações por Empréstimos	4.843.697
1.2.4	Outros	68.630	2.2.4	Obrigações por Repasse	4.053.402
			2.2.5	Outras Obrigações	11.652.305
1.3	Permanente	4.373.846	3.	<b>Patrimônio Líquido</b>	8.747.353
	<b>TOTAL</b>	<b>165.120.024</b>		<b>TOTAL</b>	<b>165.120.024</b>

Tabela 2.1.2.1. Balanço Patrimonial

Esse balanço dá uma visão global da estrutura financeira do Banco do Brasil. Inicialmente serão observadas as três contas principais do balanço e o relacionamento entre elas.

### 1. Ativo

Os ativos podem ser definidos como os “bens” que a instituição financeira possui. Através do balanço, pode-se observar que a instituição financeira em análise tem mais de 160 bilhões de reais em ativos.

A conta de ativos está dividida em ativo circulante e realizável de longo prazo. Essa divisão simplesmente separa os produtos pelo seu vencimento. Por exemplo, uma operação de crédito com vencimento de até um ano entraria na conta 1.1.5, a mesma operação de crédito com vencimento em um prazo maior que 1 ano, entraria na conta 1.2.3.

### 2. Passivo

Na conta de passivo estão representadas as obrigações da instituição financeira. Os mais de 156 bilhões de reais presentes nesta conta são recursos captados de terceiros utilizados para financiar as aplicações do banco (os ativos). Pode-se observar que assim como na conta de ativos, a conta de passivos está dividida em passivo circulante e exigível de longo prazo. O entendimento desta separação de contas é análogo ao ativo. Um empréstimo tomado pelo banco com vencimento dentro do prazo de um ano, entraria na conta 2.1.3. Se este empréstimo tivesse um prazo maior que um ano, ele entraria na conta 2.2.3.

### 3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido de uma instituição financeira pode ser definido como o capital próprio da empresa. Pode-se dizer que os quase 9 bilhões de reais presentes nesta conta correspondem à quantia de recursos que os donos e sócios investiram no Banco do Brasil desde a sua fundação.

## Balanço Patrimonial Simplificado:

Como foi explicado nos itens anteriores, a separação das contas de ativo e passivo em curto e longo prazo é muito útil para conhecer a estrutura de financiamento e de vencimentos das aplicações e dívidas da instituição financeira. Mas para os objetivos do estudo, essa separação está dificultando a análise. Procura-se descobrir quais são os principais produtos bancários da instituição financeira e não o perfil dos seus vencimentos. Portanto, pode-se fazer uma última simplificação no balanço. A unificação das contas 1.1 e 1.2 do ativo e 2.1 e 2.2 do passivo. Chega-se portanto ao seguinte balanço patrimonial simplificado. Esse balanço será utilizado daqui por diante no texto:

<b>Balanço Patrimonial Banco do Brasil 2001</b>					
1.	<b>Ativo</b>	000R\$	2.	<b>Passivo</b>	000R\$
1.1	Disponibilidades	5.666.726	2.1	Depósitos	73.435.956
1.2	Aplicações Interfinanceiras	12.614.332	2.2	Captações	43.752.918
1.3	Títulos e Valores Mobiliários	62.464.220	2.3	Obrigações por Empréstimos	9.033.302
1.4	Relações Interfinanceiras	8.609.659	2.4	Obrigações por Repasse	4.664.021
1.5	Operações de Crédito	71.011.382	2.5	Outras Obrigações	25.486.474
1.6	Outros	379.859			
1.7	Permanente	4.373.846	3.	<b>Patrimônio Líquido</b>	8.747.353
	<b>TOTAL</b>	<b>165.120.024</b>		<b>TOTAL</b>	<b>165.120.024</b>

Tabela 2.1.2.2. Balanço Patrimonial Simplificado

### Relação entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido:

Inicialmente, pode-se verificar que no balanço analisado é satisfeita a definição de que a somatória de todos os ativos é igual a somatória do passivo com o patrimônio líquido.

$$ATV = PAS + PL$$

$$165.120.024 = 156.372.671 + 8.747.353$$

Juntando a explicações feitas no item anterior com a definição acima, pode-se calcular a estrutura de financiamento dos ativos da instituição financeira analisada.

Participação do passivo (Ppas):

$$Ppas = PAS/ATIVO$$

$$Ppas = 94.70 \%$$

Participação do patrimônio líquido (Ppl):

$$Ppl = PL/ATIVO$$

$$Ppl = 5.3\%$$

Pode-se observar que apenas 5.3% do ativo é financiado pelo capital próprio do banco. Os recursos captados de terceiros financiam 94.7% das aplicações do Banco do Brasil.

#### 2.1.3. Conclusões

Analizando o balanço patrimonial, pode-se chegar a algumas conclusões sobre a importância estratégica de cada uma das principais contas do balanço do Banco do Brasil.

A conta de ativos mostra onde o banco está aplicando os seus recursos. Quais são as áreas onde a instituição financeira prevê que poderá receber maiores lucros. No gráfico abaixo, construído a partir do balanço simplificado, pode-se observar a distribuição da participação de cada conta no ativo:

#### ATIVO

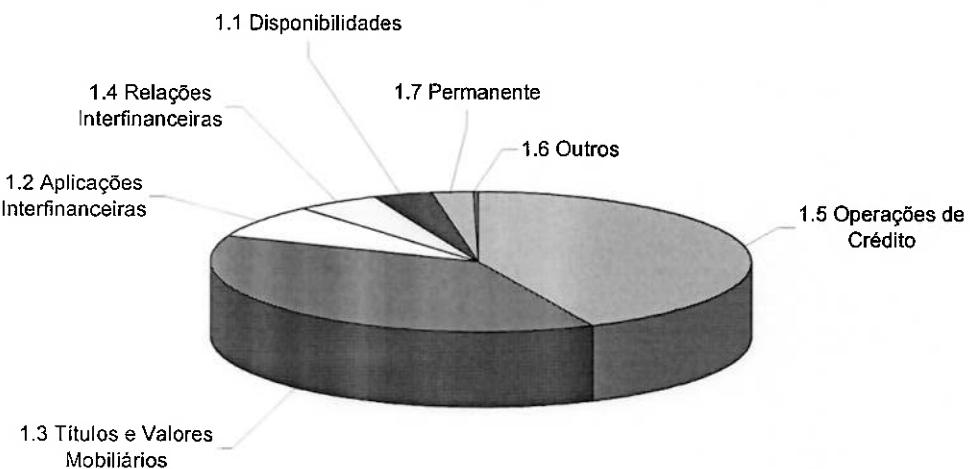


Figura 2.1.3.1. Gráfico do Ativo

Os mais de 156 bilhões de reais presentes na conta de passivo podem ser vistos como a base para o funcionamento do Banco do Brasil. Segundo as contas feitas anteriormente, 94.7 % das aplicações feitas pelo banco são financiadas pelos recursos provenientes do passivo. Através do gráfico abaixo pode-se observar a distribuição da participação de cada conta no passivo:

## PASSIVO

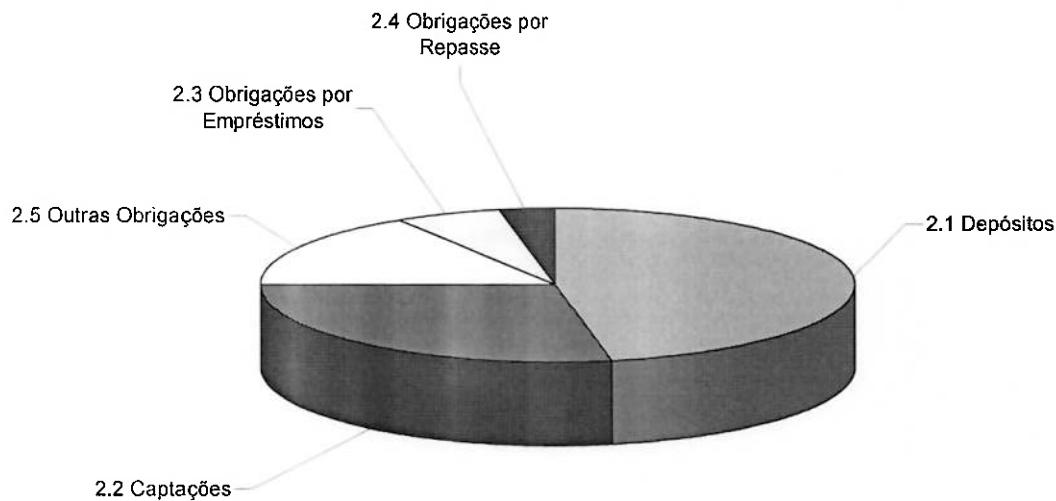


Figura 2.1.3.1. Gráfico do Passivo

A estrutura das contas do balanço patrimonial apresentadas e analisadas nesta parte servirão de base para estruturar o levantamento de dados do próximo capítulo.

## **2.2. Produtos Bancários**

Nesta etapa do trabalho, será feito um levantamento de diversos produtos bancários. Eles estarão agrupados segundo as contas do balanço patrimonial apresentadas no capítulo anterior.

### **2.2.1. Ativos**

Nas contas deste grupo, estão aplicados mais de 160 bilhões de reais em diversos produtos bancários. Serão observadas a seguir os principais produtos de cada conta do ativo.

#### **2.2.1.1. Disponibilidades**

Essa conta engloba todos os recursos que a instituição financeira dispõem para aplicação imediata. Não há nenhum produto bancário diretamente associado a esta conta.

#### **2.2.1.2. Aplicações Interfinanceiras**

Como o próprio nome diz, esta conta abriga os recursos destinados à aplicações entre instituições financeiras. O principal produto bancário desta conta é o CDI.

Certificado de Depósito Interbancário é um instrumento financeiro destinado a possibilitar a troca de reservas entre os bancos. Dependendo do ponto de vista, o CDI pode ser encarado como um produto de captação ou empréstimo de dinheiro.

No mercado bancário, é muito comum a utilização do CDI de 1 dia. Na ponta do tomador, o CDI é utilizado para zerar a posição vendida do caixa da instituição financeira. Dependendo do tipo de banco e da situação de mercado, é

comum a necessidade de capital para cobrir déficits no saldo do caixa por um ou outro dia, devido a problemas de liquidação de operações com clientes estrangeiros por exemplo. Na outra ponta, a ponta doadora, estão bancos que chegam ao final do dia com saldo em caixa. Para não deixar esse dinheiro "parado" na conta-corrente, a instituição pode aplicá-lo em um CDI de um dia. Mas é preciso que seja aplicado um volume alto para compensar o pagamento de IR e CPMF da operação.

### **2.2.1.3. Títulos e Valores Mobiliários**

Nesta conta estão muitos dos produtos negociados pelas tesourarias dos bancos. A variedade e as características são tão particulares que seria possível fazer um trabalho somente estudando os títulos e valores mobiliários operados pelas instituições financeiras. Para esse trabalho, entretanto, serão descritos apenas os três principais produtos bancários desta categoria: ações, títulos públicos e privados.

#### **2.2.1.3.1. Ações**

Uma ação é um título de valor mobiliário representativo de parcela do capital da sociedade emissora das ações. O cliente comprador deste produto está disposto a correr o risco de retorno da sociedade emissora das ações assim como todas as volatilidades e meandros característicos do mercado acionário.

Custo da operação:

A partir do dia 10 de julho de 2002 as operações em bolsa passaram a ser isentas de CPMF. Mas no momento do resgate da operação, continua incidindo um IR de 20% sobre o lucro obtido. Além disso, tanto na compra como na venda de ações, o investidor deve pagar taxas de corretagem e emolumentos para a corretora. A taxa de corretagem é uma receita para a corretora. Mas a taxa de emolumentos não é. Em um primeiro momento, a taxa de emolumentos é

contabilizada como uma receita para a corretora, no entanto ela deve ser inteiramente repassada para a bolsa de valores onde a ação foi negociada.

Liquidação:

No caso da compra, o investidor decide a ação que deseja adquirir; entra em contato com uma corretora de valores e solicita que seja feita a compra; dois dias úteis depois, a ação passa para a posição do adquirente; no dia útil seguinte, o adquirente realiza a liquidação financeira.

No caso da venda, o investidor entra em contato com a corretora de valores e dá a ordem de venda da ação; dois dias úteis depois, o investidor transfere a titularidade de suas ações; no dia útil seguinte, os recursos provenientes da venda são disponibilizados para o investidor.

#### **2.2.1.3.2. Títulos Públicos**

Títulos Públicos são papéis emitidos pelo governo através de algumas instituições como o Banco Central e o Tesouro Nacional com o objetivo de captar recursos. Existem diversos tipos, cada um deles emitido em uma situação específica, mas todos têm o mesmo valor nominal de face: R\$ 1.000,00. Não há emissão física dos títulos, eles são nominativos e transferíveis via endosso. A seguir será feita uma breve descrição dos principais títulos públicos negociados no mercado.

LFT : Letra financeira do Tesouro:

São títulos emitidos pela União para o cumprimento dos contratos de assunção de dívidas dos Estados e do Distrito Federal.

Rendimento: A atualização do valor nominal da LFT é dada pela taxa SELIC fornecida pelo Banco Central.

Resgate: Na data de vencimento do título, é feito o resgate do principal acrescido dos juros.

#### NBC-E : Notas do Banco Central Série Especial

São títulos emitidos pelo Banco Central com o objetivo específico de servir como instrumento de política monetária do país.

Rendimento: A atualização do valor nominal é dada pela variação da cotação do dólar comercial de venda do dia útil anterior às datas de emissão e vencimento do título mais uma taxa paga semestralmente , chamada no mercado de cupom.

Resgate: Na data de vencimento do título, é feito o resgate do principal acrescido da variação cambial no período. O cupom de juros é pago semestralmente durante o período de validade da NBC-E.

#### NTN-D : Notas do Tesouro Nacional – D

São títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitidos para cobertura de déficit orçamentário.

Rendimento: A atualização do valor nominal é dada pela variação da cotação do dólar comercial de venda do dia útil anterior às datas de emissão e vencimento do título mais uma taxa paga semestralmente , chamada no mercado de cupom.

Resgate: Na data de vencimento do título, é feito o resgate do principal acrescido da variação cambial no período. O cupom de juros é pago semestralmente durante o período de validade da NTN-D.

#### LTN : Letra do Tesouro Nacional

São títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional emitidos para cobertura do déficit orçamentário

Rendimento: LTN é um título pré-fixado, seu rendimento é dado pelo deságio em relação ao seu valor nominal.

Resgate: O resgate é feito pelo valor nominal do papel na data do vencimento.

Na tabela 2.2.1.3.2.1. pode-se observar um resumo com as principais características dos títulos públicos descritos neste item:

	<b>LFT</b>	<b>NTN-D</b>	<b>NBC-E</b>	<b>LTN</b>
<b>Entidade emissora / responsável</b>	União	Banco Central	Banco Central	Tesouro Nacional
<b>Atualização</b>	SELIC	Dólar + Cupom	Dólar + Cupom	Pré-fixada
<b>Finalidade</b>	Financiar dívida dos estados	Déficit orçamentário	Política monetária	Déficit orçamentário

Tabela 2.2.1.3.2.1. Resumo Títulos Públicos

### 2.2.1.3.3. Títulos Privados

Títulos privados são emitidos por grandes empresas que desfrutam de boa reputação no mercado. Assim como os títulos públicos, os títulos privados têm como função captação de recursos para o seu emitente. O contrato de um título privado é semelhante a um contrato de empréstimo, a instituição emitente se compromete a pagar ao investidor juros periódicos e o valor nominal do título no seu vencimento. No contrato de emissão de títulos privados, obrigatoriamente existe a presença do agente fiduciário. O agente fiduciário é uma terceira parte no contrato que zela para que a empresa emitente dos títulos cumpra com as resoluções do contrato.

#### Debêntures:

Uma debênture é um título de crédito que confere aos seus titulares o direito de crédito contra o emitente. Esses títulos privados são emitidos por Sociedades Anônimas com o objetivo de obtenção de financiamento e capital de giro. Existem debêntures simples e debêntures conversíveis, essas últimas podem ser convertidas em ações da companhia emitente dentro das cláusulas do contrato de emissão. O rendimento desse tipo de papel varia muito, pode ser pré fixado, taxa de juros de longo prazo (TJLP), taxa básica financeira (TBF), entre outras. A variação cambial, entretanto, é vetada.

Além da existência do agente fiduciário, a empresa emitente das debêntures oferece outras garantias, como o capital social da empresa por exemplo. A emissão de debêntures, não pode ultrapassar 80% do valor do capital social da empresa.

#### Notas Promissórias:

As notas promissórias são títulos que conferem aos seus titulares o direito de crédito contra o emitente. Esses títulos privados são emitidos por Sociedades Anônimas com o objetivo de obtenção de financiamento de curto prazo. As notas promissórias são muito parecidas com as debêntures, diferem basicamente

apenas no prazo de validade do financiamento. Notas promissórias para prazos inferiores a 1 ano e debêntures para prazos superiores.

#### **2.2.1.4. Relações Interfinanceiras**

Nesta conta de relações interfinanceiras estão alocados todos os recursos referentes à depósitos interbancários compulsórios. O Depósito Compulsório é definido como uma porcentagem do volume de recursos aplicado pelas instituições financeiras em alguns produtos bancários. Essa porcentagem é estipulada para cada produto e deve obrigatoriamente ser recolhida e depositada sob custódia do Banco Central. Os recursos ficarão retidos no Banco Central pelo período de tempo em que durar a aplicação naquele produto.

O Depósito Compulsório pode ser entendido como uma das maneiras do Banco Central atuar sobre a economia. Aumentando ou diminuindo a porcentagem do compulsório, o Banco Central retira o aumenta a quantidade de recursos em circulação no mercado financeiro. A última atualização da porcentagem do compulsório, foi estabelecida pelo Banco Central no dia 11 de outubro. Na tabela abaixo pode-se conferir o compulsório para alguns produtos bancários.

Produto	Compulsório
CDB	23%
Poupança	30%
Conta Corrente	53%

Fonte: Estado de São Paulo

Tabela 2.2.1.4.1. Compulsório

## **2.2.1.5. Operações de Crédito**

Nesta conta estão agrupados diversos produtos bancários com a função de crédito. Observa-se que existem diversas maneiras das instituições financeiras concederem créditos à pessoas físicas e jurídicas.

### **2.2.1.5.1. Assunção de Dívida**

Trata-se da aquisição, pelo banco, de uma dívida formalizada. Esta operação caracteriza-se pela compra de uma dívida, com deságio, assumindo o banco a responsabilidade de saldá-la futuramente com o credor.

### **2.2.1.5.2. Desconto de Duplicatas**

Uma empresa desconta junto ao banco um título, com vencimento futuro, recebendo do banco os recursos referentes ao valor do título com uma taxa de deságio. Essa operação é muito utilizada para dar liquidez à empresa.

### **2.2.1.5.3. Cessão de Crédito**

Neste tipo de operação, o banco compra contratos de prestação de serviços e ou direitos creditórios, com isso a empresa repassará ao banco uma pendência financeira podendo assim reinvestir o crédito conseguido através da venda de contratos. Assim como o desconto de duplicatas, a cessão de crédito também tem como função dar liquidez para as empresas.

### **2.2.1.5.4. Capital de Giro**

Empréstimo de curto prazo ou médio prazo de instituição financeira para pessoa jurídica ou pessoa física. Para aquisição de matéria-prima e reposição de caixa. As taxas dessa operação podem ser pré ou pós fixadas e são normalmente dadas como garantias notas promissórias com aval.

#### **2.2.1.5.5. Vendor**

Vendor é um empréstimo com a finalidade específica de financiar as vendas de mercadorias para os compradores finais de uma empresa cliente do banco. Esta empresa (conveniado) vende à vista – recebendo os recursos do banco – e o comprador das mercadorias toma um financiamento com o banco. É feito um convênio entre o banco e o cliente estipulando um limite. O banco somente realizará a operação de vendor com os clientes indicados pelo conveniado. Este assume a responsabilidade pela inadimplência dos clientes que indicar para o banco.

#### **2.2.1.5.6. Compor**

Compor é um empréstimo dado com a finalidade específica de financiar a compra de mercadorias. A empresa cliente (conveniado) compra as mercadorias e um fornecedor à vista com financiamento de um banco; o fornecedor recebe os recursos à vista do banco, e a empresa paga ao banco parceladamente.

#### **2.2.1.5.7. Fiança**

A fiança bancária tem por finalidade prestar garantia de pagamento a uma obrigação assumida pelo seu cliente (afiançado) e favorecido. Nesse tipo de garantia existe o benefício de ordem, que significa que quando da inadimplência da obrigação garantida, o credor pode cobrar o banco diretamente. O fiador só é obrigado a pagar caso o devedor principal não o faça. A fiança pode ser feita por tempo determinado ou indeterminado, sendo que o banco cobra uma taxa mínima referente à comissão de fiança prestada. Como contra-garantia da operação, o banco normalmente pede uma nota promissória da empresa (com ou sem aval), porém também poderá pedir uma caução de cotas de fundos e carta de fiança de outro garantidor. Quando findo o prazo da fiança, é necessário que o banco recupere a carta de fiança e baixe de seu sistema.

#### 2.2.1.5.8. ACC/ACE

Os ACC's (Adiantamento sobre Contratos de Câmbio) são financiamentos à exportação realizados entre bancos que operam câmbio e exportadores. A operação consiste basicamente na antecipação, parcial ou total, dos reais equivalentes à quantia em moeda estrangeira comprada destes exportadores pelo banco. São incentivos financeiros aos exportadores que se utilizam destas antecipações como capital de giro para a exportação de produtos. O ACC poderá desdobrar-se em duas fases:

- A primeira fase refere-se à concessão do adiantamento pelo banco em até 360 dias antes do embarque da mercadoria, caracterizando-se como um financiamento a produção.
- A segunda fase ocorre quando a mercadoria está pronta e embarcada, podendo ser solicitado até 60 dias após o embarque. Nessa fase, passa a ser denominado ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues), podendo o seu prazo se estender em até 180 dias da data do embarque

Os principais clientes desse tipo de produto são exportadores de produtos ou serviços que desejam antecipar recursos para:

- obtenção de capital de giro;
- antecipação dos reais referentes aos dólares exportados;
- se proteger de variações cambiais;
- planejamento financeiro.

Risco:

- Risco de crédito do cliente, pois o banco está financiando o cliente;
- Risco de performance: se cliente não efetuar a exportação que lastreia o contrato de ACC será cobrada multa pelo Banco Central.

#### **2.2.1.5.9. Export Note**

É um título representativo de Direitos Creditórios de exportação de bens ou serviços e lastreia-se, obrigatoriamente, em contrato de compra e venda firmado entre o exportador e importadores estrangeiros. Diferentemente do ACC, a Export Note não é uma operação de câmbio, pois não existe compra nem venda de moeda estrangeira. O exportador, ao emitir uma Export Note, não poderá utilizar o mesmo contrato mercantil para obter outros financiamentos (via ACC, ACE, etc.).

Características:

- Valor expresso em moeda estrangeira (exatamente como consta do contrato que a lastreia);
- Liquidação obrigatoriamente em moeda nacional obtida pela conversão à taxa pactuada contratualmente.
- Os emissores de Export Note são exportadores de produtos ou serviços que necessitem captar recursos, por exemplo, de capital de giro.
- Os compradores podem ser qualquer investidor não precisando estar ligado ao comércio exterior. A compra da Export Note funciona como uma aplicação indexada em moeda estrangeira.

Fluxo da operação:

- Exportador, com base em um contrato de venda de mercadorias e/ou serviços para o exterior, emite uma Export Note;
- Exportador vende a Export Note e recebe o valor equivalente em moeda nacional e descontado pela taxa de juros pactuada entre as partes;
- No vencimento, importador paga o exportador e o exportador paga o valor de face da Export Note em moeda nacional para o investidor.

## **2.2.2. Passivo**

Os mais de 156 bilhões de reais distribuídos pelas contas deste grupo são os principais financiadores dos produtos dos ativos. Pode-se verificar que existem diversos produtos bancários utilizados para instituição financeira captar recursos no mercado.

### **2.2.2.1. Depósito**

Aqui estão os produtos bancários mais difundidos e conhecidos pelos aplicadores em geral. Nesta conta, os recursos estão agrupados basicamente em três tipos de depósito: poupança, conta corrente e fundos.

#### **2.2.2.1.1. Poupança**

Este produto é adequado para clientes que não estão dispostos a correr riscos. A poupança é a aplicação financeira mais segura do mercado bancário. Ela rende 6% de juros ao ano mais a TR - taxa referencial definida pelo Banco Central. Vale destacar que os rendimentos obtidos por esta aplicação estão isentos de imposto de renda.

Pela sua simplicidade e seu apelo aos investidores conservadores, a caderneta de poupança é um dos produtos bancários com maior adesão dos pequenos investidores .

#### **2.2.2.1.2. Conta Corrente:**

Os recursos na conta corrente não rendem nenhum tipo de remuneração para o investidor. A conta corrente é uma conta destinada para recursos que precisem estar dispostos imediatamente para fácil movimentação.

### 2.2.2.1.3. Fundos

Existem diversos tipos de fundos no mercado financeiro. O estudo detalhado de cada um desses tipos não é de interesse para o trabalho. Neste item será apenas apresentada uma definição em linhas gerais e as principais vantagens e desvantagens da aplicação em fundos.

Os Fundos de Investimento são formados pela reunião dos recursos financeiros de um ou mais investidores com objetivos comuns. O volume total de recursos do fundo chama-se patrimônio líquido. O patrimônio é dividido em cotas iguais, que são distribuídas proporcionalmente entre os investidores (cotistas do fundo).

Os recursos do fundo devem ser aplicados de acordo com um estatuto previamente definido. É justamente neste estatuto onde reside a diferença entre as dezenas de fundos existentes no mercado. Existem fundos que os seus recursos são aplicados em ações, em títulos públicos, títulos privados, imóveis, etc.

A principal vantagem dos fundos é viabilizar o acesso de pequenos investidores à produtos bancários restritos aos grandes aplicadores. Por exemplo, uma pessoa que não dispõe de recursos suficientes para aplicar em um CDB pode comprar cotas de fundos que apliquem em CDBs.

A principal desvantagem de aplicar em fundos está na taxa de administração que a instituição financeira custodiante cobra dos seus cotistas.

## **2.2.2.2. Captações**

Nesta conta estão localizados os recursos que a instituição financeira conseguiu captar no mercado bancário. Existem basicamente dois produtos que podem ser utilizados para esta finalidade: CDB e RDB.

### **2.2.2.2.1. CDB**

O certificado de depósito bancário é um título que comprova um depósito em dinheiro de uma pessoa física ou jurídica em alguma instituição bancária. No momento da emissão do CDB, já é determinado o prazo e a remuneração da aplicação. Existem diferentes tipos de taxas de remuneração possíveis para o CDB. Dependendo das condições do mercado, há procura por uma ou outra dessas taxas:

- CDI;
- IGPM;
- TJLP;
- Taxa Pré-Fixada;
- Etc.

Pode-se observar agora as principais vantagens e desvantagens que o CDB oferece:

Do ponto de vista da instituição financeira emitente:

Vantagem:

Certificados de Depósito Bancários estão sujeitos a apenas 23% de recolhimento de compulsório. O que garante oportunidade de maior aproveitamento dos recursos captados pelas instituições financeiras.

Desvantagem:

Na emissão do CDB, a instituição tem que pagar a taxa de registro e custódia da operação na CETIP.

Do ponto de vista do consumidor:

Vantagens:

O imposto de renda de 20% incide somente no momento do vencimento ou da renovação do CDB, e não a cada período de capitalização como acontece nos fundos. Essa característica pode fazer uma grande diferença dependendo do prazo da aplicação.

CDBs podem ser utilizados como garantia para operações em bolsa.

O CDB é um título emitido sob a forma nominativa que pode ser negociado mediante endosso.

Desvantagens:

Normalmente as instituições financeiras oferecem CDBs apenas para grandes volumes de capital.

Pagamento de imposto de renda no momento da renovação da aplicação.

Esses dois fatores dificultam o acesso do pequeno investidor ao CDB pois será necessária a aplicação de uma grande quantidade de dinheiro por um longo período de tempo.

#### **2.2.2.2.2. RDB**

O recibo de depósito bancário tem características muito similares ao CDB. A única diferença está no fato de que o RDB é um título intransmissível. Uma vez emitido, esse título não pode ser negociado no mercado. Com a difusão do CDB, o RDB a praticamente caiu em desuso. Atualmente, esse segmento do mercado de captação de recursos é totalmente dominado pelo CDB.

### **2.2.2.3. Obrigações por empréstimos**

Nesta conta estão os recursos captados no mercado via empréstimos de outras instituições financeiras, organizações governamentais, etc. Não há, portanto, nenhum produto bancário que possa ser diretamente associado a esta conta bancária.

### **2.2.2.4. Obrigações por repasse**

Nesta conta estão os recursos que foram captados de órgãos nacionais e internacionais com objetivos específicos. Serão destacados dois dos principais financiamentos por repasse feitos no mercado : o FINAME e a Resolução 2770.

#### **2.2.2.4.1. FINAME**

O BNDES financia a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional e leasing através de instituições financeiras. O valor limite de financiamento para pequenas e micro empresas é de 60% do valor da máquina e para médias e grandes empresas é de 50%, incluindo IPI e ICM.

Existem diversos modelos de financiamentos do tipo FINAME, cada um com suas características, prazos e restrições próprios. Pode-se detalhar a seguir o FINAME Agrícola.

FINAME agrícola é um conjunto de financiamentos, sem limite de valor, para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas novos, de fabricação nacional.

As beneficiárias desse tipo de financiamento são empresas privadas sob controle de capital nacional, do setor agropecuário, inclusive as cooperativas. Pessoas jurídicas que comprovem efetiva participação no setor agropecuário também podem utilizar esse tipo de financiamento.

Os Pré-requisitos para obter este financiamento são:

- Estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais;
- Verificar, junto ao fabricante ou seu representante autorizado, se as máquinas ou os equipamentos de fabricação nacional para os quais deseja pleitear financiamento estão cadastrados na FINAME;
- Solicitar o orçamento das máquinas ou equipamentos fornecido pelo fabricante ou seu representante autorizado para apresentá-lo ao banco credenciado;
- Habilitar-se às exigências das instituições financeiras credenciadas como repassadores de recursos do BNDES, entre elas: cadastro satisfatório, capacidade de pagamento e garantias suficientes para a cobertura do risco da operação.

#### **2.2.2.4.2. Resolução 2770 – antiga 63**

A resolução 63 estabelecia critérios para as instituições financeiras contratarem empréstimos no exterior para repasses a empresas no país com objetivo de financiamento de capital fixo. Depois de captados os recursos, aqueles que não forem emprestados no mercado, obrigatoriamente devem ser aplicados em títulos públicos. São dados como garantia uma nota promissória com aval, hipoteca e penhor mercantil. A resolução 2770 altera e consolida as normas que disciplinam as operações de empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior. A principal mudança nessa resolução que revoga a anterior é o fato de que não é mais necessário adquirir títulos federais para lastrear a captação.

### 2.3. Conclusões

No capítulo 2.2. pode-se ter uma idéia da quantidade de produtos bancários encontrados no mercado financeiro. Agora, é preciso separá-los de acordo com sua importância. Para tanto, será feito uma correlação do produtos exibidos com a estrutura contábil exposta no capítulo 2.1.

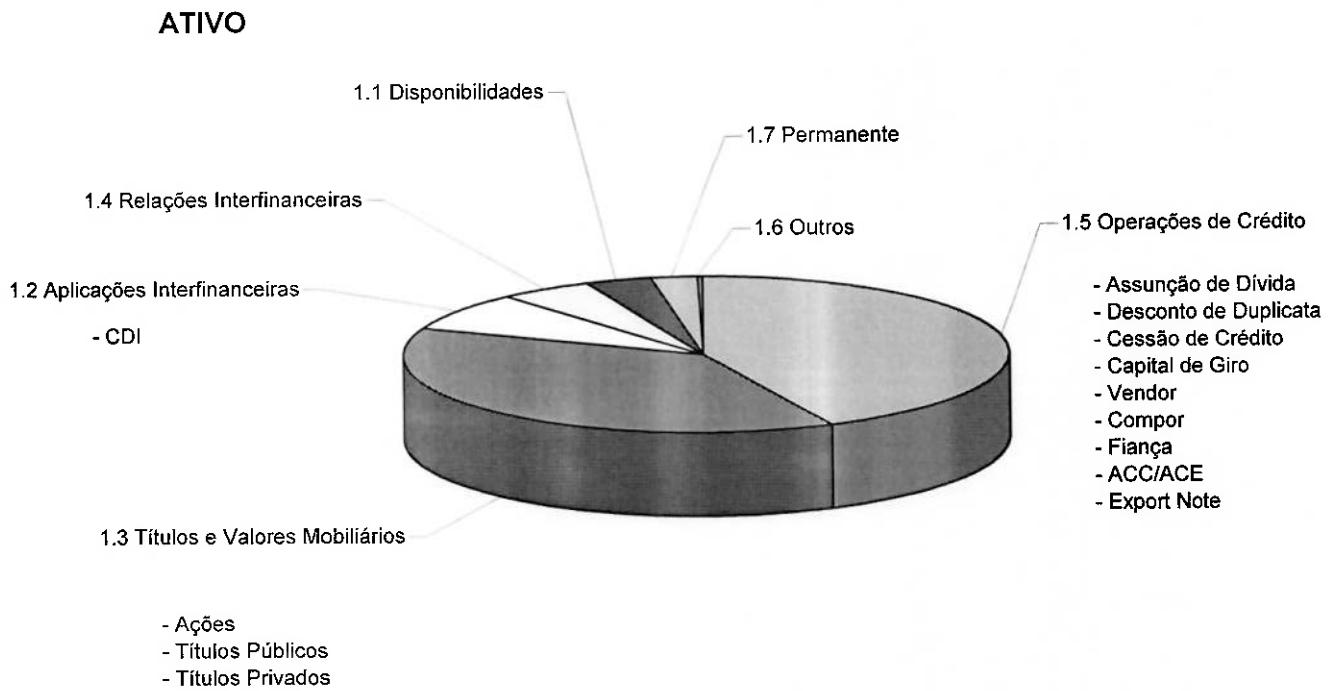


Figura 2.3.1. Gráfico da Estrutura Financeira do Ativo

Através deste gráfico, pode-se observar que a grande maioria dos recursos presentes no ativo estão concentrados em apenas duas contas. As operações com títulos, valores mobiliários e crédito correspondem juntas a mais de 80% das operações realizadas pelo Banco do Brasil. Dentro dessas duas categorias, pode-se destacar três produtos que estão sendo negociados com maior freqüência no mercado: títulos públicos (principalmente LFTs e NBC-Es), títulos privados (principalmente debêntures) e ACC.

## PASSIVO

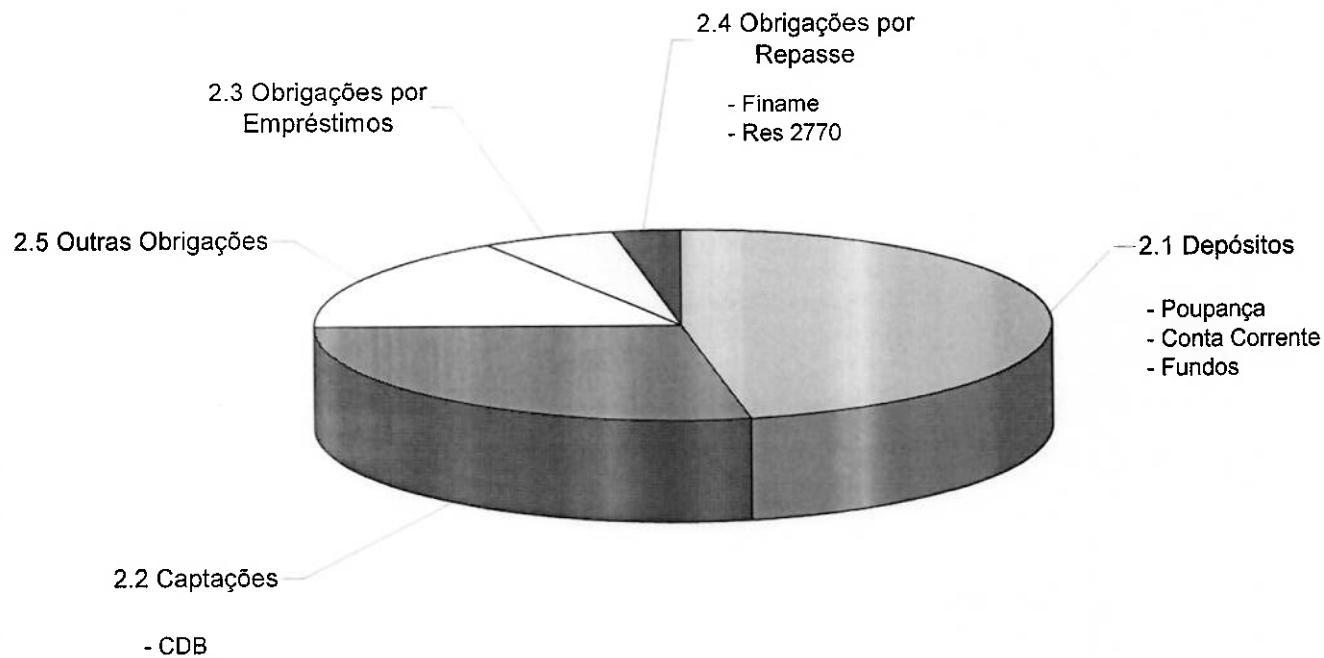


Figura 2.3.2. Gráfico da Estrutura Financeira do Passivo

Pode-se observar que assim como no ativo, os recursos estão concentrados em apenas duas contas: depósitos e captações. Essas contas juntas, correspondem a mais de 70% do passivo do banco. Os recursos da conta de depósitos (44% do passivo), estão dispersos pela poupança, fundos, contas correntes e outros produtos de menor importância. Já a conta de captações, correspondente a 26,5% do passivo, tem como único produto relevante o CDB. Este produto, sozinho, foi responsável pela captação de mais de 43 bilhões de reais para o Banco do Brasil no ano de 2001.

Baseando-se nos levantamentos de dados, análises setoriais e comparativas feitas nesta etapa, pode-se dizer que o CDB é um produto com fundamental importância estratégica no mercado bancário.

O seu estudo mais aprofundado pode provocar significantes melhorias para o banco \$++. Na próxima etapa, será feito um estudo detalhando diversas dimensões para ilustrar como é feito o processamento deste produto dentro da instituição financeira estudada.

### **3. O Processo**

### 3.1. Clientes

Como ponto de partida na análise do processamento do CDB, será feito um estudo dos principais clientes do processo. Nesta análise, serão utilizados conceitos explorados por Juran, a respeito dos clientes internos e externos do processo produtivo.

Durante o período de observação do processo de “fabricação” do CDB dentro do Banco \$\$\$, puderam ser identificados diversos clientes envolvidos no processo.

#### Clientes internos:

- Officer;
- Operador;
- Backoffice;
- Gerente;
- Registro;

#### Clientes Externos:

- Governo;
- Consumidor;

Uma descrição pura e simples de cada um desses clientes, seria muito teórica e genérica. Será feita a descrição dos clientes, relacionando-os com sua função dentro do processo produtivo. No capítulo 3.3. será feito um estudo aprofundado do processo, onde ficará mais explícita a relação dos clientes com o processo.

### **3.1.1. Officer**

O officer é a única pessoa do processo inteiro que tem contato direto com o consumidor. Uma de suas funções é identificar as necessidades do consumidor de maneira a poder oferecer o produto bancário mais adequado. O officer realiza a interface entre a linguagem do consumidor e a linguagem utilizada dentro do ambiente bancário. Todo o atendimento ao consumidor durante o processo de elaboração do produto assim como o pós-venda é feito através do officer.

### **3.1.2. Operador**

O operador acompanha e atua diretamente no mercado bancário. Ele sabe as taxas, os prazos, as operações mais freqüentes realizadas no dia-a-dia do mercado. O operador de mesa utiliza todos seus conhecimentos do mercado para fornecer as informações mais atualizadas que o officer precisa para fechar um negócio com o consumidor.

Devido à complexidade e à enorme variedade de produtos disponíveis no mercado bancário, existem operadores específicos para cada tipo de segmento do mercado. No caso do CDB, o operador atua na mesa de tesouraria, onde são negociadas ações, títulos públicos (NBC-E, LFT, LTN, etc) e privados (debêntures, CDBs).

### **3.1.3. Backoffice**

A maioria das tarefas realizadas pelo officer e o operador de mesa, passam pelo backoffice. A sua função básica é dar apoio às atividades do officer e do operador de mesa. O backoffice cuida de todos os aspectos técnicos e burocráticos da operação. Como documentação necessária para registro externo nas instituições pertinentes (SELIC, CETIP, etc), contabilização, liquidação, custódia , etc.

### **3.1.4. Gerente**

Está nas mãos do gerente a aprovação ou não da operação. Uma vez acertado os valores com o consumidor e satisfeitos os aspectos técnicos da operação, o gerente deve analisar as possíveis vantagens e desvantagens em nível estratégico da operação para a instituição financeira. Para dar a sua aprovação, o gerente leva em conta diversos fatores, desde da conjuntura econômica, até suas experiências anteriores em negociações com o cliente. Por exemplo, algumas vezes o gerente fecha um negócio que no momento atual pode não ser rentável para o banco, porque ele está levando em conta o histórico de operações com o consumidor e o potencial de futuros negócios.

### **3.1.5. Registro**

O pessoal de Registro organiza as informações das operações realizadas para controle interno da própria instituição financeira. Esses dados devem ser precisos e condizentes com as operações realmente efetivadas. Pois toda a parte de controle gerencial será feita tomando-se como base esses dados. Além disso, os dados também servirão de base para levantamentos e análises feitos por consultorias externas.

O registro difere do backoffice pois o primeiro não presta apoio direto aos officers e operadores de mesa. Em algumas instituições financeiras, entretanto, o registro e o backoffice estão unificados. No Banco \$\$\$ estudado neste trabalho, há distinção entre esses dois clientes do processo. Será adotado, portanto, a existência desses dois clientes ao longo do texto.

### **3.1.6. Governo**

O papel do governo no estudo do processo de “produção” do CDB vai além da determinação de fatores ambientais e cenários. O governo pode exercer uma influência muito grande no processo como no CDB propriamente dito. O estudo de todos os aspectos e dimensões envolvidos nesse personagem do processo,

seria longo e desviaria o foco de estudo do trabalho. Serão apenas citados os principais pontos de influência desse cliente no processo.

O governo brasileiro pode facilmente alterar o ambiente bancário através de regulamentações, normas e portarias. O governo tem o poder de até mesmo influenciar na própria natureza do CDB, através de políticas fiscais, tributárias, etc.

### **3.1.7. Consumidor**

O consumidor no processo estudado, é a pessoa física ou jurídica disposta a fazer uma aplicação de recursos em CDB. Existem diversos tipos de consumidores de CDB, para cada tipo, existe um procedimento específico de atendimento que será detalhadamente explicado no capítulo 3.3.

### 3.2. Concorrentes

Neste capítulo será feita uma comparação quantitativa dos principais concorrentes do CDB no mercado bancário. O primeiro passo, será identificar, dentre os produtos descritos no capítulo 2.2., os concorrentes do CDB.

Lembrando que o CDB é um produto presente no passivo dos bancos e que uma de suas principais funções é captação recursos para financiar os ativos. Pode-se identificar no capítulo 2.2., alguns produtos com essas características:

- CDB;
- Fundos;
- Poupança.

Para fazer a análise comparativa, será necessário determinar a taxa de remuneração mensal de cada um dos produtos analisados. A remuneração da poupança é obrigatoriamente fixada como sendo a variação da TR mais 0,5% ao mês. Já os fundos e os CDBs podem ser remunerados por diversas taxas. Na prática, observa-se que a maioria dos fundos e CDBs são remunerados pela variação do CDI. Este índice será adotado como remuneração dos dois produtos.

O próximo passo é a definição do volume e do prazo de aplicação. Será definido para cada produto, uma aplicação inicial de R\$ 100.000,00 em 1º de janeiro de 2001 com resgate em 1º de janeiro de 2002.

### 3.2.1. CDB

Como foi explicado, a remuneração adotada para o CDB será a taxa do CDI. Na tabela abaixo pode-se observar a remuneração bruta mensal do CDB no ano de 2001.

CDB	
Data	Tx (%am)
01/jan/2001	1,27
01/fev/2001	1,02
01/mar/2001	1,26
01/abr/2001	1,19
01/mai/2001	1,34
01/jun/2001	1,27
01/jul/2001	1,50
01/ago/2001	1,60
01/set/2001	1,32
01/out/2001	1,53
01/nov/2001	1,39
01/dez/2001	1,39

Tabela 3.2.1.1. Taxa de Remuneração Mensal do CDB  
Fonte: Site do Banco Central

Para calcular o lucro obtido pelo aplicador deste produto, é preciso inicialmente descontar a CPMF incidente no momento da aplicação (CPMFa). Tem-se então o valor inicial aplicado (Via). Remunerando este montante pelas taxas de juros mensais da tabela acima, chega-se ao valor final (Vf). Existe um imposto de renda (IR) de 20% incidente sobre o lucro bruto obtido no período.

Descontando a CPMF incidente no resgate (CPMF<sub>r</sub>) pode-se obter o lucro da operação. Na seguinte tabela pode-se observar os cálculos:

CDB	
V aplicado	100.000,00
CPMF <sub>a</sub>	380,00
V <sub>a</sub>	99.620,00
V <sub>f</sub>	116.872,28
IR	3.450,46
CPMF <sub>r</sub>	431,00
Saque	112.990,82
Lucro	<b>12.990,82</b>

Tabela 3.2.1.2. Cálculo da Aplicação em CDB por um ano

### 3.2.2. Poupança

Como foi explicado, a remuneração da poupança é dada pela variação da TR mais 0,5% ao mês. Na tabela abaixo pode-se observar a remuneração mensal da poupança no ano de 2001.

Poupança	
Data	Tx (%am)
01/jan/2001	0,6369
01/fev/2001	0,5368
01/mar/2001	0,6724
01/abr/2001	0,6546
01/mai/2001	0,6525
01/jun/2001	0,6458
01/jul/2001	0,7441
01/ago/2001	0,8436
01/set/2001	0,6627
01/out/2001	0,7615
01/nov/2001	0,6928
01/dez/2001	0,6613

Tabela 3.2.2.1. Taxa de Remuneração da Poupança  
Fonte: Site do Banco Central

Para calcular o lucro obtido pelo aplicador deste produto, é preciso inicialmente descontar a CPMF incidente no momento da aplicação (CPMFa). Tem-se então o valor inicial aplicado (Via). Remunerando este montante pelas taxas de juros mensais da tabela acima, tem-se o valor final (Vf). Agora basta descontar a CPMF incidente no resgate (CPMFr). Na tabela 3.2.2.2. pode-se observar os cálculos da aplicação.

Poupança	
V aplicado	100.000,00
CPMFa	380,00
Via	99.620,00
Vf	108.065,04
CPMFr	410,65
Saque	107.654,40
Lucro	<b>7.654,40</b>

Tabela 3.2.2.2. Cálculo da Aplicação na Poupança por um ano

Pode-se ver que o lucro da poupança no período foi bem menor que o do CDB. Mesmo tendo o benefício de isenção de imposto de renda, a poupança forneceu um lucro 40% menor que o CDB. Isso se deve ao fato da taxa de remuneração pelo CDI ser bem maior que TR + 0,5 % ao mês. Essa diferença ficará evidente se for construído um gráfico comparando a remuneração das tabelas 3.2.1.1. e 3.2.2.1.

CDB x Poupança

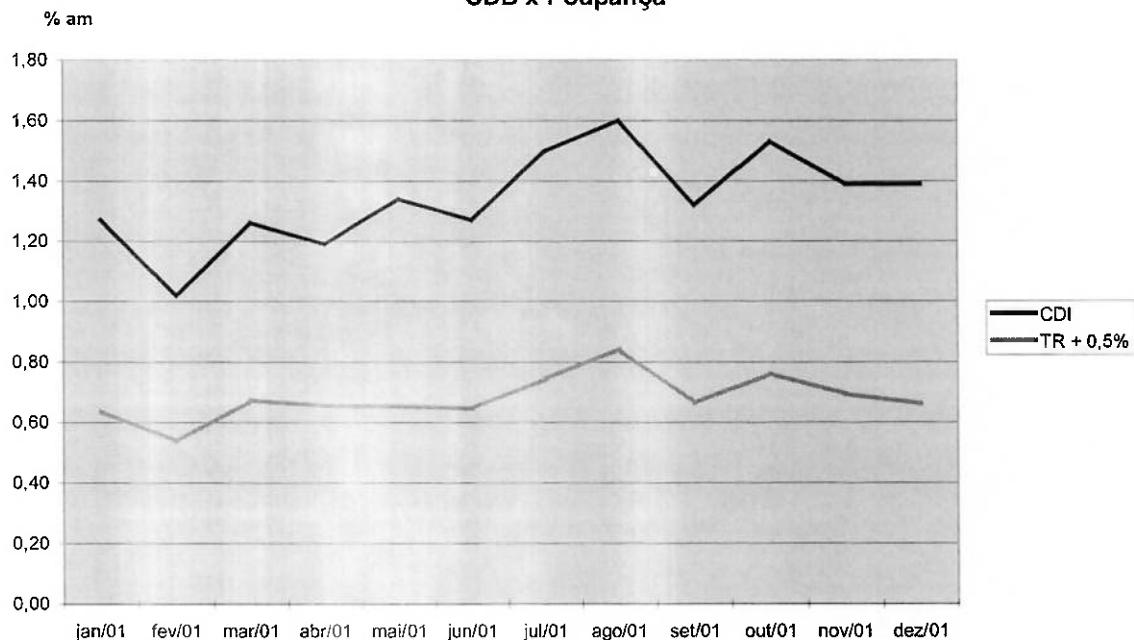


Figura 3.2.1.1. Gráfico Poupança x CDB

### 3.2.3. Fundo

Como foi explicado, a remuneração adotada para o fundo será a mesma do CDB mostrada na tabela 3.2.1.1. Para calcular o lucro obtido pelo aplicador deste produto, é preciso inicialmente descontar a CPMF incidente no momento da aplicação (CPMFa). Tem-se então o valor inicial aplicado (Via). Remunerando este montante pelas taxas de juros mensais da tabela 3.2.1.1., chega-se ao valor final (Vf). É preciso agora descontar o imposto de renda (IR) de 20% sobre o lucro bruto obtido no período. Além disso, é preciso descontar a taxa de administração de 0,5% incidente sobre o Via. Agora basta descontar a CPMF incidente no resgate (CPMFr) para obter o lucro da operação. Na seguinte tabela pode-se observar os cálculos feitos:

Fundo	
Vaplicado	100.000,00
CPMFa	380,00
Via	99.620,00
Vf	116.872,28
Tx adm	498,10
IR	3.350,84
CPMFr	429,49
Saque	112.593,85
Lucro	<b>12.593,85</b>

Tabela 3.2.3.1. Cálculo da Aplicação no Fundo por um ano

Pode-se observar que a remuneração do fundo foi R\$ 396,97 inferior ao CDB. Essa diferença está na taxa de administração que incidente apenas no fundo.

### **3.2.4. Conclusões**

Neste capítulo foi feita uma análise que buscou comparar quantitativamente o CDB com os principais produtos bancários concorrentes.

As descrições feitas no capítulo 2.2. mostraram as particularidades, as vantagens e as desvantagens de cada um dos produtos analisados. Seria muito difícil, e um tanto quanto subjetivo, fazer uma comparação baseando-se apenas nestas descrições.

Por estes motivos, foi adotado um critério de comparação quantitativo. Através das simulações feitas neste capítulo, ficou evidente que o CDB não sofre ameaças diretas dos seus concorrentes.

### 3.3. Fluxogramas

Como foi visto na descrição do produto, o CDB é um título que comprova um depósito em dinheiro de uma pessoa física ou jurídica em algum banco. No momento da sua emissão, já está determinado o prazo e a remuneração da aplicação. Baseando-se nas características do produto estudado, o processo de fabricação do CDB será dividido em três sub-processos:

- Aplicação;
- Resgate antecipado;
- Resgate no vencimento.

#### 3.3.1. Aplicação

A aplicação no CDB é feita através de alguma das seguintes formas:

- Consumidor entra em contato com o officer perguntando diretamente sobre as condições para aplicação em CDB na instituição financeira;
- Consumidor entra em contato com o officer sem ter em mente aplicação em um produto específico;
- Officer entra em contato com o consumidor oferecendo o produto;

Cada uma das formas descritas acima é característica de um particular tipo de consumidor do produto. A primeira maneira está relacionada com consumidores mais experientes, conhecedores das características do CDB, suas vantagens e desvantagens. Essas pessoas provavelmente já aplicaram em CDB em algum momento de suas vidas. Elas provavelmente estão entrando em contato com diferentes instituições financeiras para fazer uma cotação das melhores taxas que podem conseguir no mercado para o volume e o prazo disponíveis para a aplicação.

A segunda maneira, está relacionada a consumidores ainda não muito familiarizados com o mercado financeiro e os produtos disponíveis para sua aplicação. Neste caso, o officer analisa as características da aplicação desejada pelo cliente, como volume e prazo disponíveis, e recomenda o produto que achar conveniente. Neste caso, tem-se normalmente pessoas físicas com altos volumes de recursos disponíveis para aplicação em longos prazos. Esses clientes, poucos mais importantes (Juran) são atendidos por officers de uma área especialmente planejada para atendê-los. No decorrer do texto essa área será referida como sendo a área personal da instituição financeira .

A terceira e última forma de se iniciar a aplicação do CDB é feita quando officers da área personal identificam clientes da sua carteira que possuem características potenciais para aplicarem em CDBs mas ainda não fizeram aplicações.

Durante meu período de trainee, não tive muito acesso à área personal do banco. Tenho apenas um conhecimento global do que é feito nesta área. Por esta razão, vou considerar que o contato inicial entre o cliente e o banco foi feito pela primeira forma descrita anteriormente.

Após a interface inicial entre o banco e o cliente, officer deve informar ao operador as características da aplicação que o consumidor deseja. Volume, prazo e tipo de indicador para correção são os dados básicos que o operador precisa. Levando em consideração diversos fatores mercadológicos como o custo de captação de recursos e a taxa praticada pelas outras instituições financeiras, o operador chega a taxa de remuneração para a aplicação que pode ser oferecida ao consumidor. Esta taxa é o custo de oportunidade da operação, quanto menor a taxa de remuneração que o consumidor aceitar, maior será o lucro para a instituição financeira. Se o officer fechar o negócio com um taxa maior que a dada pelo operador, o banco estará tomando prejuízo naquela operação. Dependendo do tipo de consumidor, o officer vai proceder a negociação de uma forma específica para fechar a taxa da operação.

Uma vez fechada a negociação da aplicação do CDB, o officer deve consultar a base de dados corporativa. Caso o consumidor ainda não seja cadastrado, deve providenciar o preenchimento do formulário de cadastro.

Resolvido a questão do cadastro, o officer preenche o resumo de operações (RO) com as características do CDB. O RO é um formulário eletrônico utilizado para facilitar a integração do processamento do produto entre as diversas áreas do Banco \$\$. No Capítulo 3.4. será feita uma análise detalhada do RO e do seu papel dentro do processo.

A partir do momento que o officer preencheu o RO, todas as pessoas que têm acesso ao sistema podem enxergar que foi fechado uma aplicação em CDB e todos os seus detalhes.

A etapa seguinte no processo é desempenhada pela equipe de apoio, também conhecida como equipe de backoffice. Sua função básica dentro do processo é cuidar dos aspectos técnicos e burocráticos da operação. Assim que aparece o RO no sistema, um dos membros da equipe de apoio acessa o seu terminal CETIP. Através desse terminal, o backoffice faz o registro provisório do CDB na central custodiante de títulos privados, a CETIP. Todas as instituições financeiras que emitem CDBs têm a obrigação legal de fazer o registro da emissão na sua conta no CETIP. Esta operação é chamada de “criação de ativo”. Neste processo é designado um código para nomear o CDB no sistema. Sob esse código, são colocados os dados do CDB em particular. Os parâmetros mínimos necessários são:

- instituição financeira emitente;
- valor nominal;
- data de emissão;
- data de vencimento;
- tipo de remuneração.

Uma vez feito o registro do ativo no CETIP, o membro do backoffice dá sua aprovação no RO. Neste momento do processo, o CDB já foi negociado com

o consumidor, os aspectos técnicos e burocráticos da operação já foram satisfeitos e falta apenas a aprovação do gerente responsável para efetivar a operação para o consumidor.

O gerente avalia os aspectos estratégicos da aprovação do CDB. Levando em conta as condições do mercado, o tipo do cliente e muitas outras variáveis num aspecto mais amplo que as demais áreas fizeram. Ele faz uma análise estratégica antes de dar a sua aprovação no RO para a emissão do produto.

Depois que o gerente aprova o CDB, o backoffice fica aguardando a liquidação da operação. A liquidação é completada quando o piloto de reservas verifica que foi feito o depósito na conta do banco no valor do RO do CDB. Após a liquidação efetivada, o backoffice pode confirmar a criação do ativo no CETIP e imprimir as notas de emissão do CDB. Uma via das notas vai para a área de registro da operação e é posteriormente encaminhada para a contabilidade, a outra via é enviada para o cliente. Uma vez efetivada a emissão, o backoffice tem a responsabilidade de enviar um extrato mensal do CDB para o consumidor. Nesse extrato, estão presentes todos os dados do CDB. Os principais são: remuneração, vencimento e volume aplicado.

Baseando-se na descrição acima, pode-se montar uma tabela identificando cada personagem e o seu papel na emissão do CDB.

Personagem	Officer	Operador	Backoffice	Gerente	Registro
Função	Negociação com consumidor; Criação da operação no RO.	Taxa de remuneração.	Registro no CETIP; Nota de negociação; Extrato; Liquidação da operação.	Aprova o RO.	Registra a operação.

Tabela 3.3.1.1. Personagens na Emissão do CDB

Pode-se também desenhar um fluxograma do processo de aplicação:

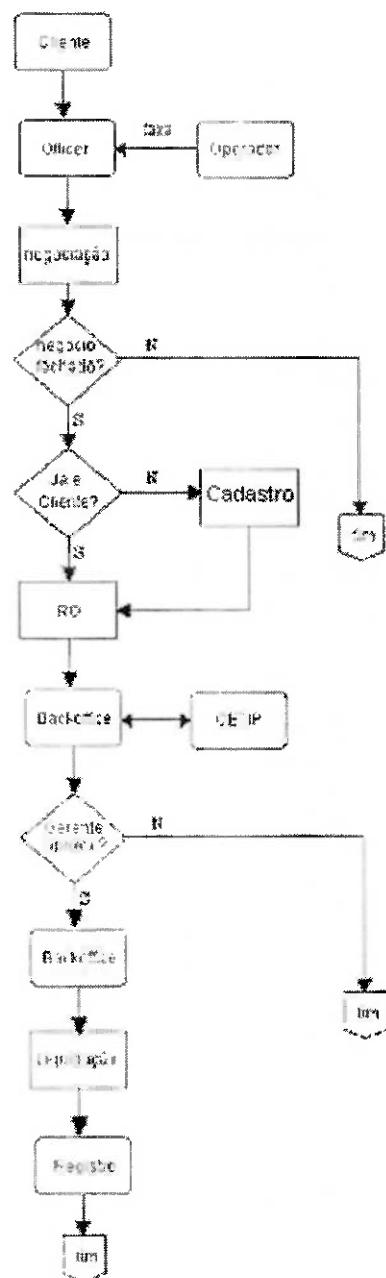


Figura 3.3.1.1. Gráfico do Fluxo da Emissão do CDB

### 3.3.2. Resgate

Todos os dias o backoffice emite um relatório de vencimentos onde constam todos os CDBs que estão vencendo no dia. O backoffice filtra o relatório, separando cada CDB com seu respectivo officer responsável. O backoffice entrega então para cada officer uma lista dos CDBs dos consumidores que estão vencendo no dia.

Com esse relatório em mãos, o officer entra em contato com cada consumidor para saber se ele gostaria de renovar a aplicação ou de efetuar o resgate. Caso ele deseje renovar a aplicação, procede-se da mesma forma descrita no Processo de Aplicação. Caso contrário, o officer preenche um RO de resgate de CDB.

A partir deste momento, o backoffice confere o RO com o seu relatório de vencimentos do dia. Estando o RO aprovado pelo backoffice, faltará somente a aprovação do gerente para liberação do pagamento.

A operação somente estará finalizada quando o piloto de reservas detectar um débito no caixa do banco no valor do RO correspondente ao resgate do CDB.

No final do dia, o backoffice emite um relatório de resgates que é encaminhado para o registro para atualizar a base de dados do banco.

Baseando-se na descrição acima, pode-se montar uma tabela identificando cada personagem e o seu papel no resgate do CDB:

Personagem	Officer	Backoffice	Gerente	Registro
Função	Contato com o cliente; RO de aplicação ou resgate.	Relatório de vencimento; Liquidação da operação.	Aprova o RO.	Registra a operação.

Tabela 3.3.2.1. Personagens no Resgate do CDB

Pode-se também desenhar um fluxograma do processo de resgate:

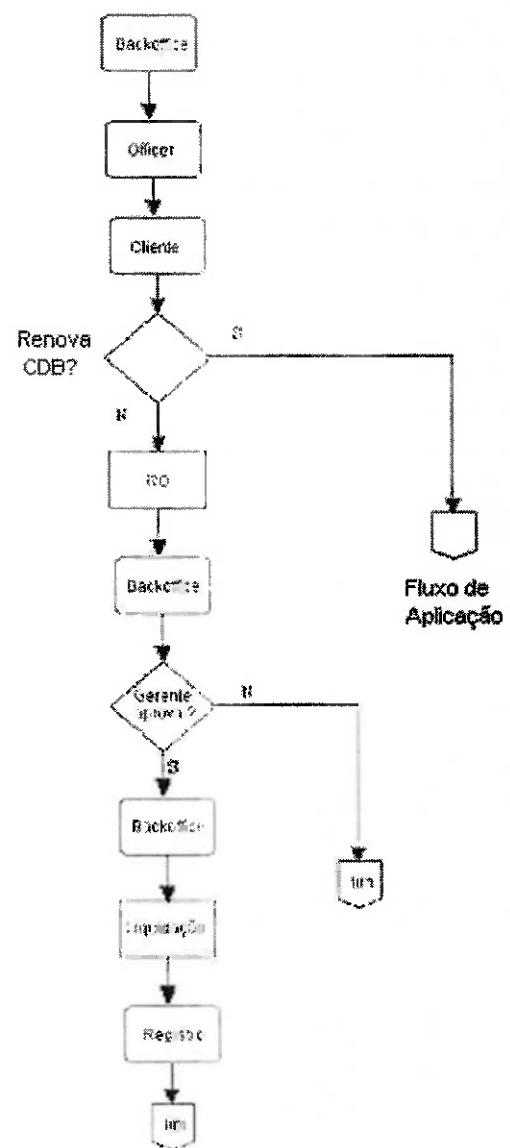


Figura 3.3.2.1. Gráfico do Fluxo do Resgate do CDB

### 3.3.3. Resgate Antecipado

O consumidor entra em contato com o officer solicitando o resgate antecipado da sua aplicação em CDB. O officer solicita que o consumidor envie uma carta formal de solicitação de resgate antecipado. Caso o consumidor necessite, o officer fornece uma carta modelo. Após recebimento da carta dentro dos padrões pedidos, o officer a encaminha para o backoffice e faz um RO registrando uma operação de resgate antecipado de CDB.

O backoffice busca o número do ativo do CDB no terminal CETIP. Uma vez encontrado, o registro do ativo é modificado, indicando o resgate antecipado. O backoffice confere os dados da carta com o RO e o aprova. Para o resgate antecipado é necessário que pelo menos dois gerentes aprovem o RO. Uma vez aprovado o RO, o backoffice libera o pagamento.

Como no outro processo, a operação somente estará finalizada quando o piloto de reservas detectar um débito no caixa do banco no valor do RO correspondente ao resgate do CDB. Após a liquidação do CDB efetuada, o backoffice encaminha a carta para a área de registro para atualização dos dados do banco.

Baseando-se na descrição acima, pode-se montar uma tabela identificando cada personagem e o seu papel no resgate antecipado do CDB:

Personagem	Officer	Backoffice	Gerente	Registro
Função	Carta de confirmação; RO de resgate.	Altera registro no CETIP; Liquidação da operação.	Aprova o RO.	Registra a operação.

Tabela 3.3.3.1. Personagens no Resgate Antecipado do CDB

Pode-se também desenhar um fluxograma do processo de resgate antecipado:

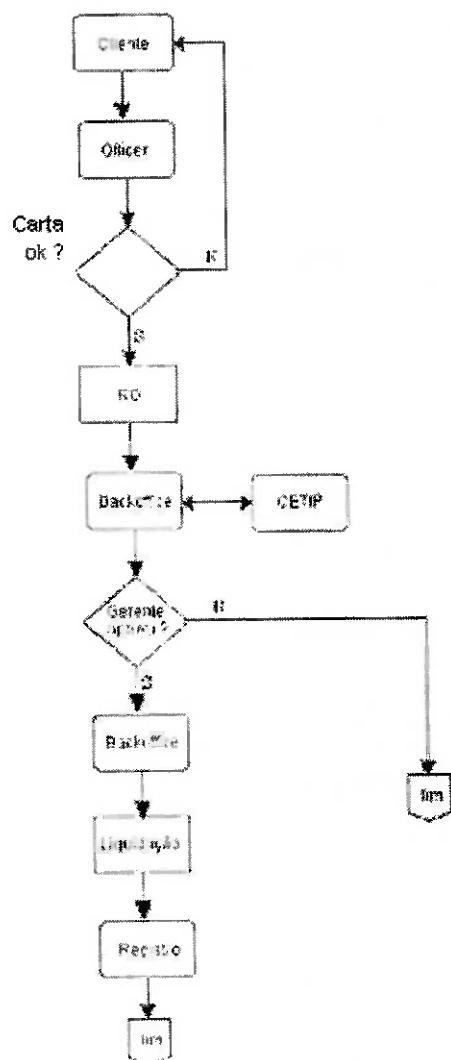


Figura 3.3.3.1. Gráfico do Fluxo do Resgate Antecipado do CDB

### 3.4. Sistema de Informação

O sistema de informação do Banco \$\$\$ depende fundamentalmente do RO. O Resumo de Operações (RO) é um formulário eletrônico utilizado para facilitar a integração do processamento entre as diversas áreas do Banco \$++. O RO não processa apenas o CDB. Todos os produtos negociados pela instituição financeira passam pelo RO.

Por motivos de sigilo da empresa, não foi autorizada uma descrição detalhada do RO. Foi feito então um modelo simplificado que será o suficiente para ilustrar o funcionamento do RO no processo do CDB.

ID	Officer	Produto	Liq	Cliente	Valor	Aprovação		Contrato
						Gerente1	Gerente2	
15632	João	CDBa	CETIP	Cia Tabajara	1.000.000,00	OK	-	CDB-1020
15633	José	LFTv	SELIC	Osama Bill Laden	150.000,00	-	OK	LFT-0563
15634	Paulo	CDBr	CETIP	Contrutora Caya	500.000,00	-	-	-
15635	João	CDBra	CETIP	Odete Roitmann	2.000.000,00	OK	OK	-

Figura 3.4.1. Modelo do RO

Cada linha da figura acima representa uma operação financeira identificada por um número de série único, o ID da operação. Na segunda coluna está indicado o Officer responsável pela operação. Isso facilita a sua localização caso um funcionário do banco tenha alguma dúvida sobre a operação. Na coluna seguinte está descrito o produto negociado na operação. No modelo descrito, são negociados uma aplicação em CDB, uma venda de LFT, um resgate de CDB e um resgate antecipado de CDB.

O RO não desempenha apenas funções informativas. Ele tem um papel ativo no processo. É através do RO que são feitas as aprovações das operações realizadas pelo banco. Somente após a aprovação gerencial a operação estará concluída. No caso do CDBa e CDBr é necessária a aprovação de apenas um gerente. Já o CDBra precisa ser aprovado por dois gerentes antes de ser liquidado. A última coluna do RO é preenchida pelo pessoal da área de registro logo após ter sido feito o registro da operação.

## **4. Análise do Produto e do Processo**

#### **4.1. Ferramenta da Qualidade**

Até esta etapa do trabalho, foi feita a especificação do CDB (capítulo 2) e do seu processo de produção (capítulo 3). Nesta etapa do trabalho, será feito um estudo buscando novas formas de especificação do produto e definição do processo. Será procurado um método alinhado com os desejos do consumidor final, que propicie um maior controle do processo, identificação de pontos críticos e propostas para melhoria.

O QFD é uma poderosa ferramenta da qualidade que se encaixa muito bem nos parâmetros do problema proposto. Neste capítulo, serão feitas algumas adaptações no QFD e nas suas planilhas características para adequar o seu uso ao caso específico do CDB.

A primeira etapa para a aplicação do QFD é a determinação das necessidades e expectativas dos usuários do CDB (a “voz do cliente” de Juran). Para tanto, será utilizado um questionário abordando diversas características do produto e do processo. As entrevistas foram feitas em duas semanas do mês de outubro com aproximadamente 20 alunos da Escola Politécnica. A partir dessas entrevistas, puderam ser identificadas quatro necessidades básicas dos usuários do CDB:

##### **1. Rapidez**

Os potenciais usuários do CDB esperam ser atendidos rapidamente, sem burocracia. Eles querem ter contato direto com a pessoa efetivamente encarregada da operação. O usuário demanda agilidade no processamento da operação como um todo.

##### **2. Informação**

Os usuários esperam receber do banco emitente diversas informações atualizadas e precisas sobre o produto. Dentre essas informações, pode-se

destacar por exemplo extratos mensais e notas de negociação. Outro aspecto relacionado a esse tópico, é a acessibilidade das informações. Os clientes querem ter disponíveis diversos canais de comunicação com o banco (pessoalmente, telefone, etc)

### 3. Segurança

Os usuários demonstraram ter dois tipos principais de preocupações. A primeira está relacionada com a credibilidade da instituição financeira e seu comprometimento com a rentabilidade definida para a operação. A outra preocupação básica dos consumidores se diz respeito à operação em si. Os consumidores estão preocupados com o sigilo dos dados fornecidos - demandando um atendimento individualizado. Outra preocupação está relacionada com a liquidação da operação. Os consumidores gostariam que tanto a aplicação, resgate e resgate antecipado fossem liquidados no prazo estabelecido.

### 4. Flexibilidade

Os usuários demandam, por fim, uma negociação flexível com o operador. Gostariam de poder negociar um maior balanceamento entre o prazo, volume e remuneração da operação.

Determinadas as necessidades e expectativas dos usuários do CDB, pode-se iniciar a construção da primeira matriz do QFD. A função dessa matriz é “traduzir” a “voz do cliente” em termos e linguagem utilizados no processamento do CDB.

As linhas da planilha serão justamente as quatro necessidades levantadas anteriormente. Para aprofundar a análise serão feitos três níveis de detalhamento. As colunas da tabela são os termos característicos utilizados durante o

processamento do CDB. Eles estão agrupados segundo quatro categorias de afinidade: CDB, Officer, Documentação e Informação. Na figura abaixo, pode-se observar a estrutura proposta para a matriz 1 do QFD.

1º Nível			2º Nível			3º Nível			CDB			Officer			Documentação			Informação			
									A. Taxa de remuneração	B. Volume de aplicação	C. Prazo da aplicação	D. Contato direto Officer - Cliente	E. Disponibilidade do Officer	F. Conhecimento de mercado do Officer/Operador	G. Quantidade de documentação necessária	H. Complexidade da documentação necessária	I. Relatórios, Extratos, informes completos	J. Relatórios, Extratos, informes mensais	L. Interface Banco - Cliente	M. Sistema de informação	N. Tempo de entendimento
1. Rapidez	Comunicação	Contato direto com a pessoa adequada																			
	Burocracia	Formulários simples e curtos																			
	Operação	Mínimo de documentação necessária																			
2. Informação	Precisa	Pessoal com bons conhecimentos do mercado																			
	Atualizada	Relatórios claros e completos																			
	Acessível	Frequentes relatórios da posição do CDB																			
3. Segurança	Banco	Canal de comunicação com o banco																			
	Operação	Conhecimento detalhado do banco																			
		Rentabilidade aceitada x Rentabilidade mensal																			
4. Flexibilidade	Atendimento	Atendimento individualizado																			
	Negociação	Garantia da liquidez no prazo																			
	Prazo	Garantia de sigilo																			
	Volume																				
	Remuneração																				

Adaptado de AKAO, Yoji. QFD.

Tabela 4.1.1. Estrutura da Matriz 1

Na etapa seguinte, será feita um estudo quantitativo de maneira a estabelecer relações entre as linhas e as colunas da matriz. Será inserida uma coluna chamada importância relativa. Nesta coluna, serão atribuídos pesos de acordo com a importância de cada uma das linhas da matriz. Além disso, será adotado um critério para relacionar as linhas com as colunas. Uma indicação “x” significa relação fraca, “xx” relação média e “xxx” relação forte. A seguir, pode-se conferir a matriz 1 totalmente preenchida:

				CDB		Officer		Documentação		Informação				
1º Nível	2º Nível	IMPORTÂNCIA RELATIVA												
		A. Taxa de remuneração	B. Volume da aplicação	C. Prazo da aplicação	D. Contato direto Officer - Cliente	E. Disponibilidade do Officer	F. Confiabilidade do mercado do Officer/Operador	G. Quantidade de documentação necessária	H. Complexidade da documentação necessária	I. Relatórios, Extratos, Informes completos	J. Relatórios, Extratos, Informes mensais	L. Interface Banco - Cliente	M. Sistema de informação	N. Tempo de atendimento
1. Rapidez	Comunicação	Contato direto com a pessoa adequada	1			X						X		
	Burocracia	Formulários simples e curtos	2									X	X	
		Mínimo de documentação necessária	1					X				X	X	
2. Informação	Operação	Agilidade no processamento da operação	2			X	X	XX	X		XX	X	X	
	Precisa	Pessoal com bons conhecimentos do mercado	1											
		Relatórios claros e completos	2											
3. Segurança	Atualizada	Frequentes relatórios da posição do CDB	1								X		X	
		Acessível	Canal de comunicação com o banco	2		XX	XX					XX	X	
	Banco	Conhecimento detalhado do banco	2			XX	X		X	X				
4. Flexibilidade	Operação	Conhecimento detalhado do banco	2							X				
		Rentabilidade acertada x Rentabilidade mensal	2							X	X			
		Atendimento individualizado	3			X	X				X	XX	X	
4. Flexibilidade	Negociação	Garantia da liquidação no prazo	2	X	X				X				XX	
		Garantia de sigilo	2			X		X				XX	X	
		Prazo	3		XX								XX	
	Negociação	Volume	3		XX								XX	
		Remuneração	5	XXX				X					XX	
		<b>TOTAL</b>		27	11	11	22	11	14	11	4	6	8	27

Tabela 4.1.2. Matriz 1

Pode-se observar que a matriz 1 traduziu com sucesso cada uma das necessidades dos usuários. Além disso, foi realizada uma quantificação da importância de cada necessidade. Ao observar o total de cada coluna, pode-se identificar as cinco necessidades mais importantes. Justamente essas cinco colunas serão as entradas para o desdobramento seguinte do QFD, a matriz 2.

Nessa fase do desdobramento, será estabelecido o relacionamento entre as cinco saídas da matriz 1 com as principais fases de cada um dos sub-processos do CDB. Assim como na matriz 1, será feito um sistema de quantificação de maneira a selecionar os pontos críticos do processo como um todo.

	IMPORTÂNCIA RELATIVA	1. Taxa do Operador	2. Negociação Officer - Cliente	3. Cadastro Cliente	4. Preenchimento RO	5. Criação ativo na CETIP	6. Aprovação Gerente	7. Liquidação da operação	8. Carta de Resgate Antecipado	9. Extrato mensal	10. Registro
A. Taxa de remuneração	5	XX	X								
D. Contato direto Officer - Cliente	3		X								
L. Interface Banco - Cliente	3		X						X	X	
M. Sistema de informação	3			XX	XX	X	X	X	X		X
N. Tempo de atendimento	4			XX	X	X	X	X	XX		
<b>TOTAL</b>		<b>15</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Tabela 4.1.3. Matriz 2

Ao observar a matriz 2, pode-se identificar três fases críticas do processo de “produção” do CDB:

1. A taxa do operador
3. Cadastro Cliente
8. Carta de resgate antecipado.

Essas três fases críticas serão as entradas da próxima matriz, onde será feito o desdobramento final do QFD. O objetivo deste desdobramento é construir um plano da qualidade para o produto e para o processo. Tamanha é a importância desse desdobramento, que lhe será dedicado um capítulo exclusivo.

## 4.2. Plano da Qualidade

O último desdobramento do QFD fará uma análise dos três pontos críticos levantados na etapa anterior. Assim como nos dois desdobramentos iniciais, o raciocínio utilizado será análogo ao empregado numa linha de produção.

Primeiramente, serão identificados os “produtos” produzidos em cada uma das três fases críticas do processo. Em seguida, serão levantados os melhores métodos para se efetuar o controle do produto e do processo analisados. No controle do produto, serão analisados três aspectos: as características do produto a serem controladas, o método e a freqüência com que será feito o controle. Na parte de controle do processo, será feita uma análise análoga à do produto. Serão definidos os parâmetros para controle do processo, metodologia e freqüência de controle. Na matriz 3 pode-se observar os resultados deste desdobramento final.

Fluxograma	Produto da Etapa	Controle do Produto			Controle do Processo		
		Características	Método	Freqüência	Parâmetros	Método	Freqüência
1. Taxa do Operador	3.3.1.1. Taxa de remuneração do CDB	Valor da taxa	Medição direta	Uma vez por dia	Tempo necessário para o operador fornecer a taxa pedida pelo oficier	Medição direta	Uma vez por dia
3. Cadastro Cliente	3.3.1.1. Formulário de cadastro	Quantidade e complexidade das questões do formulário	Medida do No de linhas e do No questões do formulário.	Sempre que houver	Tempo para o preenchimento do formulário de cadastro	Medição direta	Sempre que houver
8. Carta de Resgate Antecipado	3.3.3.1. Carta de Resgate	Complexidade e formaldade da carta	Medida do No de linhas da carta.	Sempre que houver	Tempo para o recebimento da carta corvidamente preenchida	Medição direta	Sempre que houver

Tabela 4.2.1. Matriz 3

Na etapa de controle do produto, foram escolhidas características simples e de fácil medição. A freqüência de medição varia de acordo com o produto analisado. No caso da taxa, que é “produzida” dezenas de vezes ao dia, foi determinada uma medição diária. As cartas e os formulários de cadastro são “produzidos” mais esporadicamente. Isso implica na medição das características sempre que houver “produção” destes produtos.

Uma vez constituída uma base de dados com os dados medidos, pode-se iniciar a parte de controle do produto propriamente dita. A partir desta base de dados, podem-se fazer diversas análises como levantamento de séries históricas, sazonais, comparação com concorrentes, etc. A organização e estruturação desses dados é o embrião para a implementação de uma política de controle estatístico do produto.

Na etapa de controle do processo, todos os parâmetros de controle escolhidos estão relacionados com o tempo. Dadas as características dos sub-processos e as necessidades apontadas na matriz 1, essa é a dimensão mais adequada para se obter um bom controle do processo. A freqüência de medição, analogamente à etapa de controle do produto, depende da freqüência de “produção” de cada produto. Assim como no controle do produto, os dados levantados nas medições, devem consistir uma base de dados. A partir desta base de dados, pode-se fazer diversos estudos estatísticos. Esses estudos são o embrião para a implementação de uma política de controle estatístico do processo.

Baseando-se nos pontos críticos identificados nos desdobramentos realizados neste capítulo, pode-se chegar a algumas propostas de melhoria tanto para o produto como para o processo:

- Estudo junto com a área de cadastro para criação de um formulário de pré-cadastro de clientes.
- Estudo junto com a parte jurídica do backoffice para identificar a possibilidade de extinção ou simplificação da carta de resgate antecipado.
- Estudo junto a área de tecnologia do backoffice para verificar a possibilidade de criar novas integrações do RO com o terminal CETIP de maneira a agilizar o processo de criação do ativo.

Assim como na etapa de controle, as propostas feitas nesta etapa demandariam um aprofundamento. Precisariam ser definidas políticas de implantação, estudos de viabilidade, análises causa-efeito, etc. Esse aprofundamento seria de fundamental importância para análise completa do problema do CDB. O seu estudo, no entanto, desviaria o trabalho de seu foco principal.

Neste capítulo foi apresentada uma proposta de definição e controle do CDB e do seu processo de produção. Pelo que foi exposto, não restam dúvidas de que uma definição clara e precisa do CDB e do seu processo de obtenção proporcionariam diversas possibilidades de melhoria para o banco \$\$\$.

## **5. Conclusões**

Para se atingir os objetivos propostos, o trabalho foi desenvolvido e estruturado em três macro etapas. Inicialmente foi feita uma análise setorial em conjunto com um levantamento de dados sobre os produtos bancários. À primeira vista, pode parecer que este levantamento foi um tanto quanto extenso se comparado com as outras etapas do trabalho. Entretanto, este estudo inicial foi fundamental para o trabalho como um todo. Através dele, foi possível estabelecer as relações entre as contas dos balanços patrimoniais e os produtos bancários. Além disso, este estudo deu um enfoque sistêmico aos produtos bancários. Foi possível ter uma idéia do vasto campo de aplicação deste estudo na prática do mercado bancário.

Uma vez definido o produto estudado e o seu processo de produção, pode-se iniciar a etapa de análise. Nesta etapa, foi feito um estudo desdobrando e analisando o produto e o processo. Chegou-se a um plano da qualidade com propostas de melhorias atacando os pontos críticos identificados nos desdobramentos.

Ao longo do texto, puderam ser identificadas duas visões do produto e do processo. A primeira visão, exposta nos capítulos 2 e 3, mostra um grande volume de dados organizados de maneira difusa. A partir desta visão, fica complicada uma análise racional do produto e do processo. Esse foi a maior problema identificado nos levantamentos de dados. Existem muitas informações organizadas de maneira dispersa, sem uma metodologia clara para definição dos diversos produtos e processos do banco \$\$\$.

A segunda visão foi exposta no capítulo 3 através dos desdobramentos do QFD. Através desta simples, mas poderosa metodologia, foi possível definir com

clareza o produto e o processo. A partir desta definição surgiram diversas propostas de melhorias do CDB e do seu processo de produção.

Através desse trabalho, pode-se concluir que os banqueiros estão deixando de ganhar dinheiro pela falta de uma política de definição dos produtos e dos processos dentro das instituições financeiras. Foi demonstrado que o mercado bancário tem muito a ganhar com a implementação da metodologia proposta para definição dos produtos e dos processos bancários.

Sugestões para aprofundamento:

- Desenvolvimento das propostas de melhoria e controle através de ferramentas como o FMEA;
- Estudo dos impactos da utilização do ciclo PDCA no controle do CDB e seu processo de produção no banco \$\$\$;
- Estudo para dimensionamento dos possíveis impactos econômicos da implantação da metodologia proposta. Poderiam ser utilizados os dados levantados para o Banco do Brasil como referência.
- Aplicação da metodologia proposta para algum produto do ativo do banco \$\$\$ como títulos públicos ou privados.

## **6. Bibliografia**

AKAO, Yoji. **Desdobramento das Diretrizes para o Sucesso do TQM**, p. 122-130. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

AKAO, Yoji. **Quality Function Deployment**. Portland, Productivity Press, 1990.

BOUER, Gregório. **Modelo para Implementação e Gerenciamento da Qualidade Total**. São Paulo, 2002.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo, Harbra, 1997.

GURGEL, Floriano. **Administração do Produto**. São Paulo, Atlas, 2001.

JURAN, Joseph. **A Qualidade desde o Projeto**. São Paulo, Pioneira, 1992.

LAMUCCI, Sergio. **Determinado Aumento do Compulsório pelo BC**. Estado de São Paulo, Ano 123, Número 39.806, Página B3, 12/10/2002.

RELATÓRIO BANCO CENTRAL. [www.bancocentral.gov.br](http://www.bancocentral.gov.br)

REVISTA EXAME. **Exame Melhores e Maiores**. São Paulo, Abril, Julho 2002.

REVISTA BANCÁRIA. **Revista Bancária**. Rio de Janeiro, Ano 69, Número 823 B, Janeiro 2002.

## **7. Anexos**

## 7.1. SELIC

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é uma rede digital utilizada pelo Banco Central para facilitar a liquidação e a custódia de títulos públicos. Essa rede conecta, em tempo real, as instituições financeiras credenciadas.

O SELIC, por exemplo, recebe uma LFT do vendedor e a transfere ao comprador, ao mesmo tempo em que recebe o dinheiro do comprador e o repassa ao vendedor. Todas essas movimentações são feitas eletronicamente e têm liquidação imediata nas reservas bancárias das instituições financeiras envolvidas na transação.

A taxa SELIC, muito comentada no mercado financeiro, nada mais é do que a média ponderada das taxas de juros dos empréstimos interbancários realizados no sistema SELIC.

## 7.2. CETIP

A Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP) tem função análoga ao SELIC. A principal diferença está no tipo de títulos custodiados e liquidados. Na CETIP, são custodiados, registrados e liquidados financeiramente as operações feitas com todos os papéis privados (como o CDB por exemplo) e alguns títulos estaduais e municipais pouco negociados no mercado.

### 7.3. Questionários

1. Qual o seu grau de familiaridade com os produtos bancários?

(  ) Alto

(  ) Médio

(  ) Baixo

(  ) Nulo

2. Qual o seu grau de familiaridade com o CDB em particular?

(  ) Alto

(  ) Médio

(  ) Baixo

(  ) Nulo

3. Qual o meio de comunicação que você considera mais prático para realizar uma aplicação em CDB?

(  ) Telefone

(  ) Internet

(  ) Fax

(  ) Pessoalmente

4. Independente da sua resposta para a questão 3, qual o meio de comunicação que você considera mais seguro para realizar uma aplicação em CDB?

- Telefone
- Internet
- Fax
- Pessoalmente

5. Qual seria o tempo máximo entre o atendimento inicial e a efetivação da aplicação do CDB que você consideraria aceitável?

- 5 min
- 10 min
- 15 min
- 20 min

6. Se você tivesse um CDB e fosse fazer um resgate, qual seria o tempo máximo entre o atendimento inicial e a efetivação da resgate que você consideraria aceitável?

- 5 min
- 10 min
- 15 min
- 20 min

7. Se você tivesse um CDB, quais seriam as informações que você gostaria de receber? (assinale quantas alternativas achar necessário)

Nota de negociação

Extrato mensal

Taxa de Remuneração do índices de referência no mercado

Informativo mensal sobre o banco emissor do CDB

8. No caso de dúvidas e atendimento pós-venda, qual o sistema de atendimento que você considera mais adequado?

Central Telefônica estilo 0800

Atendimento via e-mail

Atendimento eletrônico estilo "sala de bate-papo"

Atendimento pessoal com o officer

## 7.4. Formulários de Cadastro de Clientes

### A - Cadastro de Cliente - Pessoa Física

1. Dados pessoais
  - Nome;
  - Idade;
  - Nacionalidade;
  - Estado civil;
  - Regime de bens;
  - RG;
  - CPF;
  - Endereço;
2. Dados profissionais
  - Profissão;
  - Cargo;
  - Renda;
  - Empresa;
  - Endereço;
3. Bens móveis
  - Descrição;
  - Marca;
  - Modelo;
  - Ano;
4. Bens imóveis
  - Descrição;
  - Localização;
  - Valor de mercado;
5. Participação igual ou superior a 5% no capital de empresas
  - Denominação social;
  - CNPJ;
  - Participação;
6. Outros investimentos e aplicações financeiras
7. Domicílio bancário para fins de liquidação financeira
  - Banco;
  - Agência;
  - Conta corrente;
8. Dados do cônjuge

## B - Cadastro de Cliente - Pessoa Jurídica

### 1. Dados do cliente

Denominação social;  
CNPJ;  
Setor de atividade;  
Regime tributário;  
Capital social;  
Patrimônio líquido;  
Endereço;

### 2. Dados dos acionistas

Nome;  
RG;  
Participação societária;

### 3. Pessoas autorizadas a representar a empresa perante o Banco \$\$\$

Nome;  
RG;  
Cargo;

### 4. Participação indireta / empresas coligadas / subsidiárias

Razão social;  
CNPJ;

### 5. Domicílio bancário para fins de liquidação financeira

Banco;  
Agência;  
Conta corrente;

## **7.5. Carta de Resgate Antecipado**

A Carta de Resgate Antecipado deve ser assinada e datada pelo solicitante.

Além disso, ela deve conter pelo menos os seguintes dados:

A- Dados pessoais do solicitante:

Nome;  
Endereço;  
RG;  
CPF;

B- Dados do CDB:

Data da aplicação;  
Data prevista de resgate;  
Valor da Aplicação;

## **7.6. Relatórios Contábeis**



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

## Demonstrações Contábeis

Legislação Societária (em milhares de Reais)

## Balancão Patrimonial

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2001	31.12.2000	31.12.2001	31.12.2000
<b>Ativo</b>				
<b>CIRCULANTE</b>	<u>70.675.032</u>	<u>60.225.261</u>	<u>69.533.217</u>	<u>53.456.137</u>
<b>Disponibilidades</b>	<u>5.656.833</u>	<u>2.894.339</u>	<u>5.666.726</u>	<u>2.906.205</u>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Líquidez</b>				
Aplicações no mercado aberto	<u>15.477.238</u>	<u>11.401.730</u>	<u>12.592.216</u>	<u>4.355.460</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.956.761	1.804.949	6.898.730	1.804.949
	8.520.477	9.596.781	5.693.486	2.550.511
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				
Carteira própria	<u>7.096.622</u>	<u>5.039.776</u>	<u>7.738.990</u>	<u>5.734.844</u>
Vinculados a compromissos de recompra	4.185.663	3.194.399	4.944.572	3.963.998
Vinculados à negociação e intermediação de valores	2.653.071	1.962.053	2.653.071	1.962.053
Contratos e prêmios a exercer	—	10	390	75
Vinculados ao Banco Central (Provisões para desvalorizações)	366.568 (108.680)	— (116.686)	366.568 (225.611)	— (191.282)
<b>Relações Interfinanceiras</b>				
Pagamentos e recebimentos a liquidar	<u>8.600.330</u>	<u>6.612.581</u>	<u>8.609.659</u>	<u>6.627.995</u>
Créditos vinculados	46.600	38.911	55.929	54.325
Depósitos no Banco Central	8.480.272	6.483.684	8.480.272	6.483.684
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural	25.719	35.283	25.719	35.283
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	1.594	977	1.594	977
Repasses interfinanceiros	14.974	11.838	14.974	11.838
Correspondentes	31.171	41.888	31.171	41.888
<b>Relações Interdependências</b>				
Transferências internas de recursos	<u>34.499</u>	<u>23.182</u>	<u>34.499</u>	<u>23.182</u>
	34.499	23.182	34.499	23.182
<b>Operações de Crédito</b>				
Operações de crédito	<u>21.816.077</u>	<u>21.336.193</u>	<u>23.094.093</u>	<u>21.477.547</u>
Setor público	347.457	1.039.902	1.111.224	1.528.275
Setor privado	22.781.254	21.858.685	23.379.183	21.651.865
(Provisão para operações de crédito)	(1.312.634)	(1.562.394)	(1.396.314)	(1.702.593)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>				
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	—	—	4.173	(5.010)
Setor privado	—	—	209.748	165.982
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	—	—	(200.706)	(165.982)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(Nota 8a)	—	(4.869)	(5.010)
<b>Outros Créditos</b>				
Créditos por avais e fianças honrados	<u>11.722.636</u>	<u>12.502.174</u>	<u>11.520.304</u>	<u>11.917.104</u>
Carteira de câmbio	27.857	3.537	27.857	3.537
(Nota 9a1)	6.037.005	7.299.458	6.037.005	7.299.458
Rendas a receber	358.140	492.839	162.308	347.034
Negociação e intermediação de valores	(Nota 5c)	408.119	157.749	425.699
Créditos específicos	(Nota 9a2)	2.339.266	2.003.638	2.339.266
Operações especiais		1.352	1.357	1.352
Diversos	(Nota 9a3)	2.712.248	2.688.177	2.692.209
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8a)	(161.351)	(144.581)	(165.392)
<b>Outros Valores e Bens</b>				
Outros valores e bens	<u>270.797</u>	<u>415.286</u>	<u>272.557</u>	<u>418.810</u>
(Provisões para desvalorizações)	(Nota 9b)	506.337 (244.955)	620.161 (209.467)	509.020 (246.608)
Despesas antecipadas		9.415	4.592	10.145
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<u>90.554.988</u>	<u>73.147.029</u>	<u>91.212.961</u>	<u>80.644.121</u>



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	(Nota 4a)	<u>334.452</u>	<u>74.790</u>	<u>22.116</u>	<u>708.124</u>
Aplicações no mercado aberto		39.122	55.835	21.883	55.835
Aplicações em depósitos interfinanceiros		295.330	18.955	233	652.289
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	(Nota 4b e 4c)	<u>54.526.411</u>	<u>45.349.909</u>	<u>54.725.230</u>	<u>45.380.994</u>
Carteira própria		7.361.892	16.222.081	7.443.571	16.244.699
Vinculados a compromissos de recompra		40.308.515	23.740.011	40.425.655	23.740.011
Vinculados à negociação e intermediação de valores		82	628.175	82	628.175
Vinculados ao Banco Central		6.502.133	4.834.984	6.502.133	4.834.984
Vinculados a prestação de garantias		615.826	—	615.826	—
Moedas de Privatização		—	—	—	8.467
(Provisões para desvalorizações)		(262.037)	(75.342)	(262.037)	(75.342)
<b>Operações de Crédito</b>	(Nota 6)	<u>16.616.226</u>	<u>8.057.979</u>	<u>17.131.244</u>	<u>14.439.298</u>
Operações de crédito		2.602.311	1.572.065	2.867.065	2.420.356
Setor público		14.802.472	7.332.306	15.052.736	12.993.254
Setor privado		(788.557)	(846.392)	(788.557)	(974.312)
(Provisões para operações de crédito)	(Nota 8a)				
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		—	—	68.041	101.112
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber					
Setor público		—	—	29.420	31.960
Setor privado		—	—	256.559	254.952
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		—	—	(205.948)	(173.544)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(Nota 8a)	—	—	(11.990)	(12.256)
<b>Outros Créditos</b>		19.077.899	19.664.351	19.265.741	20.013.864
Créditos por avais e fianças honrados		17	17.704	17	17.704
Rendas a receber		83.353	69.723	83.461	69.723
Negociação e intermediação de valores		263	19.582	1.015	23.134
Créditos específicos	(Nota 9a2)	4.312.937	2.089.112	4.322.844	2.089.112
Operações especiais		2.742	2.983	2.742	2.983
Diversos	(Nota 9a3)	14.957.771	17.662.121	15.143.502	18.032.335
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8a)	(279.184)	(196.874)	(287.840)	(221.127)
<b>Outros Valores e Bens</b>		—	—	589	729
Despesas antecipadas		—	—	589	729
<b>PERMANENTE</b>		<u>5.811.263</u>	<u>5.887.157</u>	<u>4.373.846</u>	<u>4.263.148</u>
<b>Investimentos</b>		<u>3.250.484</u>	<u>3.371.518</u>	<u>1.141.112</u>	<u>1.144.780</u>
Participações em coligadas e controladas	(Nota 12)				
No País		1.840.915	2.022.567	739.465	995.160
No exterior		1.389.108	1.373.590	440	370
Outros investimentos		183.879	178.438	636.545	438.845
(Provisão para perdas)		(163.418)	(203.077)	(235.338)	(289.595)
<b>Imobilizado de Uso</b>		<u>2.292.527</u>	<u>2.181.879</u>	<u>2.295.621</u>	<u>2.185.802</u>
Imóveis de uso		2.093.647	2.597.196	2.094.844	2.598.207
Outras imobilizações de uso		2.997.565	2.142.509	3.004.145	2.148.128
(Depreciações acumuladas)		(2.798.685)	(2.557.826)	(2.803.368)	(2.560.533)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>		—	—	<u>665.529</u>	<u>594.660</u>
Bens arrendados		—	—	770.368	681.667
(Depreciações acumuladas)		—	—	(104.839)	(87.007)
<b>Diferido</b>		<u>268.252</u>	<u>333.760</u>	<u>271.584</u>	<u>337.906</u>
Gastos de organização e expansão		471.447	1.109.688	479.384	1.116.376
(Amortização acumulada)		(203.195)	(775.928)	(207.800)	(778.470)
<b>TOTAIS</b>		<u>167.041.283</u>	<u>139.259.447</u>	<u>165.120.024</u>	<u>138.363.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

		BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
		31.12.2001	31.12.2000	31.12.2001	31.12.2000
<b>Passivo/Patrimônio Líquido</b>					
<b>CIRCULANTE</b>		<u>121.824.670</u>	<u>104.966.197</u>	<u>121.971.839</u>	<u>99.462.684</u>
<b>Depósitos</b>	(Nota 9c)	<u>64.961.683</u>	<u>61.053.040</u>	<u>64.446.804</u>	<u>59.804.272</u>
Depósitos à vista		18.811.825	16.075.930	18.831.327	16.110.467
Depósitos de poupança		21.242.075	19.957.667	21.242.075	19.957.667
Depósitos interfinanceiros		4.912.384	4.008.592	4.162.609	2.524.395
Depósitos a prazo		19.995.399	21.010.851	20.210.793	21.211.743
<b>Captações no Mercado Aberto</b>		<u>39.049.543</u>	<u>25.930.543</u>	<u>38.890.642</u>	<u>25.797.497</u>
Carteira própria		37.325.444	24.511.214	37.166.543	24.378.168
Carteira de terceiros		1.724.099	1.419.329	1.724.099	1.419.329
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>		<u>475.396</u>	<u>37.789</u>	<u>465.540</u>	<u>33.734</u>
Recursos de debentures		11.476	—	1.620	33.734
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		463.920	37.789	463.920	—
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<u>16.382</u>	<u>34.664</u>	<u>27.569</u>	<u>39.076</u>
Recebimentos e pagamentos a liquidar		12.993	32.636	24.180	37.048
Correspondentes		3.389	2.028	3.389	2.028
<b>Relações Interdependências</b>		<u>879.714</u>	<u>785.751</u>	<u>879.714</u>	<u>785.751</u>
Recursos em trânsito de terceiros		861.792	768.546	861.792	768.546
Transferências internas de recursos		17.922	17.205	17.922	17.205
<b>Obrigações por Empréstimos</b>		<u>3.434.569</u>	<u>5.288.982</u>	<u>4.189.605</u>	<u>832.742</u>
Empréstimos no exterior		3.434.569	5.288.982	4.189.605	832.742
<b>Obrigações por Repasses do País-Instituições</b>		<u>606.844</u>	<u>724.006</u>	<u>610.619</u>	<u>724.538</u>
Oficiais		414.809	389.719	414.809	389.719
Tesouro Nacional		1.238	1.378	1.238	1.378
BNDES		12	21	12	21
CEF		189.683	295.746	192.846	295.746
FINAME		1.102	37.142	1.714	37.674
Outras instituições					
<b>Outras Obrigações</b>		<u>12.400.539</u>	<u>11.111.422</u>	<u>12.461.346</u>	<u>11.445.074</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		357.482	126.846	357.647	127.773
Carteira de câmbio	(Nota 9d1)	2.238.472	4.074.980	2.238.472	4.074.980
Sociais e estatutárias		239.967	188.011	239.967	188.011
Fiscais e previdenciárias		669.483	175.079	847.743	361.315
Negociação e intermediação de valores	(Nota 5c)	686.854	396.648	420.665	391.963
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 9d2)	113.626	71.752	113.626	71.752
Operações especiais		2.348	2.366	2.348	2.366
Diversas	(Nota 9d3)	8.092.307	6.075.740	8.240.878	6.226.914
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<u>36.380.441</u>	<u>26.298.465</u>	<u>34.311.247</u>	<u>30.905.076</u>



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

<b>Depósitos</b>	(Nota 9c)	<u>8.990.195</u>	<u>8.447.549</u>	<u>8.989.152</u>	<u>9.266.054</u>
Depósitos interfinanceiros		67.287	—	57.659	772.036
Depósitos a prazo		8.922.908	8.447.549	8.931.493	8.494.018
<b>Captações no Mercado Aberto</b>		<u>4.862.276</u>	<u>2.270.054</u>	<u>4.862.276</u>	<u>2.270.054</u>
Carteira Própria		4.825.922	2.270.054	4.825.922	2.270.054
Carteira de terceiros		36.354	—	36.354	—
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>		<u>695.880</u>	<u>781.840</u>	<u>695.880</u>	<u>781.840</u>
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		695.880	781.840	695.880	781.840
<b>Obrigações por Empréstimos</b>		<u>6.841.059</u>	<u>693.533</u>	<u>4.843.697</u>	<u>4.377.271</u>
Empréstimos no exterior		6.841.059	693.533	4.843.697	4.377.271
<b>Obrigações por Repasses do País-Instituições</b>		<u>4.051.885</u>	<u>5.223.401</u>	<u>4.051.885</u>	<u>5.223.401</u>
Oficiais		311.812	491.662	311.812	491.662
Tesouro Nacional		2.229.216	1.523.853	2.229.216	1.523.853
BNDES		67	117	67	117
CEF		1.400.146	1.972.545	1.400.146	1.972.545
FINAME		110.644	1.235.224	110.644	1.235.224
Outras instituições		—	—	—	—
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>		<u>134.314</u>	<u>40.732</u>	<u>1.517</u>	<u>1.676</u>
Repasses do exterior		134.314	40.732	1.517	1.676
<b>Outras Obrigações</b>		<u>10.804.832</u>	<u>8.841.356</u>	<u>10.866.840</u>	<u>8.984.780</u>
Fiscais e previdenciárias		35	35	35	35
Negociação e intermediação de valores	(Notas 5c e 23)	1.429.482	19.770	1.702.266	21.744
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 9d2)	5.072.946	4.257.270	5.072.946	4.257.270
Diversas	(Nota 9d3)	4.302.369	4.564.281	4.091.593	4.705.731
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<u>88.819</u>	<u>29.784</u>	<u>89.585</u>	<u>30.645</u>
Resultados de Exercícios Futuros		88.819	29.784	89.585	30.645
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	(Nota 10)	<u>8.747.353</u>	<u>7.965.001</u>	<u>8.747.353</u>	<u>7.965.001</u>
<b>Capital</b>		<u>7.435.544</u>	<u>5.587.146</u>	<u>7.435.544</u>	<u>5.587.146</u>
De domiciliados no País		7.433.152	5.585.509	7.433.152	5.585.509
De domiciliados no exterior		2.392	1.637	2.392	1.637
<b>Reservas de Capital</b>		<u>4.754</u>	<u>4.754</u>	<u>4.754</u>	<u>4.754</u>
<b>Reservas de Reavaliação</b>		<u>33.428</u>	<u>33.263</u>	<u>33.428</u>	<u>33.263</u>
<b>Reservas de Lucros</b>		<u>1.273.627</u>	<u>2.339.610</u>	<u>1.273.627</u>	<u>2.339.610</u>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>		—	<u>228</u>	—	<u>228</u>
<b>TOTAIS</b>		<u>167.041.283</u>	<u>139.259.447</u>	<u>165.120.024</u>	<u>138.363.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

### Demonstrações Contábeis

Legislação Societária (em milhares de Reais)

### Demonstração do Resultado

	2º sem/2001	Exercício/2001	Exercício/2000	BB-Agências no País e no Exterior	BB-Consolidado	2º sem/2001	Exercício/2001	Exercício/2000
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>10.487.942</b>	<b>18.530.243</b>	<b>14.864.161</b>	<b>10.578.724</b>	<b>19.416.653</b>	<b>16.373.196</b>		
Operações de crédito .....	5.418.130	9.554.254	6.092.697	5.513.902	10.625.411	8.123.419		
Operações de arrendamento mercantil .....	—	—	—	5.403	109.181	86.071		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários .....	3.481.867	5.797.869	6.685.388	3.428.006	5.558.039	6.134.569		
Resultado de operações de câmbio .....	929.634	2.075.346	1.248.724	923.103	2.021.248	1.176.003		
Resultado das aplicações compulsórias .....	658.311	1.102.774	847.352	658.310	1.102.774	853.134		
<b>DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>(7.731.057)</b>	<b>(14.367.636)</b>	<b>(11.277.094)</b>	<b>(7.754.278)</b>	<b>(14.548.025)</b>	<b>(11.692.259)</b>		
Operações de captação no mercado .....	(5.333.638)	(9.598.931)	(8.151.626)	(5.302.030)	(9.546.766)	(8.172.639)		
Operações de empréstimos, cessões e repasses .....	(1.435.713)	(3.418.723)	(2.342.293)	(1.449.691)	(3.462.395)	(2.413.501)		
Provisão para operações de crédito .....	(961.706)	(1.349.982)	(783.175)	(1.002.557)	(1.538.864)	(1.106.119)		
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>2.756.885</b>	<b>4.162.607</b>	<b>2.587.062</b>	<b>2.824.446</b>	<b>4.868.628</b>	<b>4.820.937</b>		
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(1.718.024)</b>	<b>(2.829.545)</b>	<b>(2.462.672)</b>	<b>(1.815.216)</b>	<b>(3.498.802)</b>	<b>(3.505.178)</b>		
Receitas de prestação de serviços .....	1.813.971	3.637.779	3.434.946	1.962.715	3.759.685	3.189.091		
Despesas de pessoal .....	(2.948.217)	(5.544.794)	(5.598.586)	(2.964.268)	(5.574.665)	(5.622.522)		
Outras despesas administrativas .....	(1.784.340)	(3.514.630)	(2.764.125)	(1.797.544)	(3.585.742)	(2.882.150)		
Despesas tributárias .....	(357.095)	(608.074)	(531.110)	(376.645)	(685.617)	(604.649)		
Resultado de participações em coligadas e controladas .....	353.674	2.071.097	1.100.430	163.719	1.600.589	857.191		
Outras receitas operacionais .....	2.766.833	4.284.138	3.669.024	2.784.465	4.307.301	3.700.935		
Outras despesas operacionais .....	(1.562.850)	(3.155.061)	(1.773.251)	(1.587.658)	(3.320.353)	(2.143.074)		
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>1.038.861</b>	<b>1.333.062</b>	<b>1.124.395</b>	<b>1.009.230</b>	<b>1.369.826</b>	<b>1.175.759</b>		
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b> .....	<b>(29.751)</b>	<b>10.651</b>	<b>84.783</b>	<b>42.644</b>	<b>79.263</b>	<b>140.397</b>		
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b> .....	<b>1.009.110</b>	<b>1.343.713</b>	<b>1.209.178</b>	<b>1.051.874</b>	<b>1.449.089</b>	<b>1.316.156</b>		
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>(184.117)</b>	<b>(195.415)</b>	<b>(174.606)</b>	<b>(226.881)</b>	<b>(300.791)</b>	<b>(281.584)</b>		
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b> .....	<b>(47.087)</b>	<b>(66.346)</b>	<b>(60.361)</b>	<b>(47.087)</b>	<b>(66.346)</b>	<b>(60.361)</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....		<b>777.906</b>	<b>1.081.952</b>	<b>974.211</b>	<b>777.906</b>	<b>1.081.952</b>	<b>974.211</b>	
Número de ações .....	711.995.705.713	711.995.705.713	711.972.313.081	711.995.705.713	711.995.705.713	711.972.313.081	1.52	1.37
Lucro por lote de 1.000 ações .....	1,09	1,52	1,37	1,09	1,09	1,37		



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	Capital Realiza- do	Incentivos Fiscais	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
			Resultado na Doações e Ações em Treasouraria	Reserva de Ágio por Subscrição de Ações e Fiscais	Reservas de Reavaliação em Coligadas	Reserva Estatutária	Reservas para Expansão	Reservas para Prejuízos Acumulados		
			Venda de Ações em Subscrição e Controladas	Reserva Legal	Reserva Legal	Reservas para Prejuízos Acumulados	Reservas para Prejuízos Acumulados	Reservas para Prejuízos Acumulados		
<b>Saldos em 31.12.1999</b>	5.587.146	20	140	4.594	32.950	114.338	68.603	1.461.578	1.362	7.270.731
<b>Outros Eventos:</b>										
Dividendos prescritivos										
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas					(50)				50	363
Reavaliação em coligadas/controladas					363				—	(22.557)
Ajustes de tributos (22.557)					—				—	974.211
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>										
Destinações:										
Reservas (Nota 10e)										
JCP (Nota 10e)										
Dividendos	5.587.146	20	140	4.594	33.263	161.989	97.193	2.080.428	228	7.965.001
<b>Saldos em 31.12.2000</b>					313	47.651	28.590	618.850	(1.134)	694.270
<b>Mutações do Exercício</b>										
Saldos em 30.06.2001	5.587.436	20	140	4.594	33.221	177.191	106.315	2.283.114	270	8.192.301
<b>Outros Eventos:</b>										
Aumento de Capital com Reservas	1.848.093	—	—	—	—	—	—	(1.848.093)	—	—
Incorporação ao Capital (Subscrição de Bônus)	15	—	—	—	—	—	—	—	33	—
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas									—	240
Reavaliação em coligadas/controladas										(34.760)
Ajustes de exercícios anteriores líquidos de tributos (Nota 19)										777.906
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>										
Destinações:										
Reservas (Nota 10e)	7.435.544	20	140	4.594	33.428	214.363	128.618	930.646	—	8.747.353
Dividendos										555.052
<b>Saldos em 31.12.2001</b>	1.848.108	—	—	—	207	37.172	22.303	(1.352.468)	(270)	7.965.001
<b>Mutações do Semestre</b>										
Saldos em 31.12.2000	5.587.146	20	140	4.594	33.263	161.989	97.193	2.080.428	228	—
<b>Outros Eventos:</b>										
Aumento de Capital com Reservas	1.848.093	—	—	—	—	—	—	(1.848.093)	—	—
Incorporação ao Capital (Subscrição de Bônus)	305	—	—	—	—	—	—	—	75	—
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas									—	240
Reavaliação em coligadas/controladas										(34.760)
Ajustes de exercícios anteriores líquidos de tributos (Nota 19)										1.081.952
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>										
Destinações:										
Reservas (Nota 10e)	7.435.544	20	140	4.594	33.428	214.363	128.618	930.646	—	8.747.353
Dividendos										1.081.952
<b>Saldos em 31.12.2001</b>	1.848.398	—	—	—	165	52.374	31.425	698.311	(782.110)	—
<b>Mutações do Exercício</b>										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

### Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º sem/2001	Exerc/2001	Exerc/2000	2º sem/2001	Exerc/2001	Exerc/2000
<b>Origem dos Recursos</b>	<b>29.230.432</b>	<b>30.386.918</b>	<b>26.589.360</b>	<b>28.463.203</b>	<b>29.358.313</b>	<b>28.606.452</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>777.906</b>	<b>1.081.952</b>	<b>974.211</b>	<b>777.906</b>	<b>1.081.952</b>	<b>974.211</b>
<b>Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido</b>	<b>(48.930)</b>	<b>(345.354)</b>	<b>(44.862)</b>	<b>231.583</b>	<b>572.888</b>	<b>508.744</b>
Despesas de depreciação e amortização	250.212	514.468	457.199	252.009	517.978	459.623
Depreciação de bens arrendados	—	—	—	122.182	239.024	209.214
Amortização de perdas	—	—	—	985	2.167	5.693
Resultado da equivalência patrimonial	(353.674)	(2.071.097)	(1.100.430)	(163.719)	(1.600.589)	(857.191)
Lucro/prejuízo na alienação de bens e investimentos	(9)	37.765	87.999	(9)	37.765	87.999
Superveniência de depreciação	—	—	—	(19.166)	(44.745)	(14.562)
Variação na taxa de conversão de moedas	35.621	1.195.659	475.081	44.098	1.446.882	577.698
Ganhos/perdas, variação de percentual em participações societárias	—	—	—	—	—	520
Ganhos/perdas em investimentos	(12)	(12)	—	(2.237)	(2.237)	—
Provisão para perdas em investimentos	9.601	(37.418)	30.938	(18.281)	(51.685)	32.915
Baixa de Imobilizado	41.742	41.742	—	41.742	41.742	—
Baixa de Investimento	7	7	—	7	7	—
Provisão para perdas em incentivos fiscais	—	—	—	—	(76)	458
Provisão para Desvalorização de bens	—	—	—	—	1.110	—
Amortização de ágios	—	—	—	6.512	13.024	25.404
Ajustes de exercícios anteriores líquido de tributos - circular Bacen 2.974/2000	—	—	—	—	—	(22.557)
Ajustes de exercícios anteriores líquido de tributos - Instrução CVM 371/2000	(34.760)	(34.760)	—	(34.760)	(34.760)	—
Outros ajustes	2.103	8.292	4.351	2.220	7.281	3.530
<b>Variação nos Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>52.121</b>	<b>59.035</b>	<b>12.005</b>	<b>51.999</b>	<b>58.941</b>	<b>12.005</b>
<b>Dividendos prescritos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>190</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>190</b>
<b>Repatriação de Recursos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>435.618</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Doações e Subvenções para Investimento</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>4.101</b>	<b>5.333</b>	<b>1</b>
<b>Incorporação de Empresas Coligadas</b>	<b>80.684</b>	<b>264.589</b>	<b>—</b>	<b>80.685</b>	<b>80.685</b>	<b>—</b>
<b>Aumento de Capital</b>	<b>—</b>	<b>290</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>290</b>	<b>—</b>
<b>Recursos de Acionistas - Realização de capital</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>—</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>—</b>
<b>Internação de Lucros de Subsidiárias no Exterior</b>	<b>—</b>	<b>387.726</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Incentivos fiscais - Transf. p/Circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.594</b>
<b>Recursos de Terceiros:</b>						
<b>Aumento dos Subgrupos do Passivo</b>	<b>21.141.600</b>	<b>26.940.449</b>	<b>18.642.501</b>	<b>20.440.799</b>	<b>25.915.326</b>	<b>17.732.261</b>
Depósitos	2.387.851	4.451.289	—	2.172.437	4.365.630	—
Captações no mercado aberto	14.278.829	15.711.222	13.390.469	14.233.004	15.685.367	13.282.016
Recursos de aceites e emissão de títulos	—	351.647	69.518	—	345.846	87.841
Relações interfinanceiras e interdependências	—	75.681	65.877	—	82.456	73.922
Obrigações por empréstimos e repasses	1.954.455	3.098.017	1.259.857	1.813.883	2.537.695	177.965
Outras obrigações	2.520.465	3.252.593	3.856.780	2.221.475	2.898.332	4.110.517



## Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

<b>Diminuição dos Subgrupos do Ativo .....</b>	<u>6.909.242</u>	<u>1.423.731</u>	<u>6.043.150</u>	<u>6.641.339</u>	<u>1.227.817</u>	<u>8.659.033</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	—	—	5.989.819	—	—	8.595.161
Relações interfinanceiras e interdependências .....	331.903	—	—	—	—	—
Operações de arrendamento mercantil .....	—	—	—	26.235	23.888	11.781
Outros valores e bens .....	74.655	57.741	53.331	74.605	59.006	52.091
Outros créditos .....	6.502.684	1.365.990	—	6.540.499	1.144.923	—
<b>Alienação de Bens e Investimentos .....</b>	<u>70.165</u>	<u>153.529</u>	<u>220.326</u>	<u>190.273</u>	<u>322.844</u>	<u>598.425</u>
Bens não de uso próprio .....	68.193	150.395	198.463	68.872	151.615	200.009
Imobilizado de uso .....	1.959	1.959	14.023	1.959	1.959	14.076
Imobilizado de arrendamento .....	—	—	—	50.070	96.510	236.164
Investimentos .....	13	1.175	7.840	69.372	72.760	148.176
<b>Reserva de Reavaliação por Equivalência Patrimonial .....</b>	—	—	—	—	—	<u>1.180</u>
<b>Dividendos Recebidos de Coligadas/ Controladas .....</b>	<u>173.848</u>	<u>279.388</u>	<u>282.630</u>	<u>36.571</u>	<u>78.048</u>	<u>99.545</u>
<b>Juros sobre Capital Próprio a Receber ....</b>	<u>74.019</u>	<u>141.568</u>	<u>23.590</u>	<u>7.931</u>	<u>14.173</u>	<u>19.263</u>
<b>Aplicação dos Recursos .....</b>	<u>26.903.493</u>	<u>27.624.424</u>	<u>26.763.780</u>	<u>26.135.743</u>	<u>26.597.792</u>	<u>28.693.782</u>
<b>Aumento de Capital de Subsidiárias .....</b>	<u>19.204</u>	<u>19.204</u>	<u>1.245.886</u>	<u>14.385</u>	<u>14.385</u>	—
<b>Dividendos Propostos .....</b>	<u>188.349</u>	<u>265.385</u>	<u>148.022</u>	<u>188.349</u>	<u>265.385</u>	<u>148.022</u>
<b>Remessa de Recursos para Subsidiárias .....</b>	<u>18.739</u>	<u>18.739</u>	—	—	—	—
<b>Juros sobre o Capital Próprio Propostos .....</b>	—	—	<u>109.909</u>	—	—	<u>109.909</u>
<b>Variação Negativa nos Resultados de Exercícios Futuros .....</b>	—	—	<u>1.567</u>	—	—	<u>2.097</u>
<b>Reversão de Dividendos Prescritos .....</b>	—	—	6	—	—	6
<b>Reversão de Reserva de Reavaliação .....</b>	—	—	—	—	—	<u>817</u>
<b>Inversões em Bens e Investimentos .....</b>	<u>334.364</u>	<u>569.496</u>	<u>723.280</u>	<u>470.329</u>	<u>970.766</u>	<u>1.472.606</u>
Bens não de uso próprio .....	30.751	63.647	61.288	31.332	64.228	61.288
Imobilizado de uso .....	300.942	500.199	660.952	301.191	501.298	657.071
Imobilizado de arrendamento .....	—	—	—	134.950	363.766	397.778
Investimentos .....	2.671	5.650	1.040	2.856	41.474	356.469
<b>Aplicações no Diferido .....</b>	<u>82.620</u>	<u>145.885</u>	<u>106.753</u>	<u>82.647</u>	<u>146.653</u>	<u>107.166</u>
<b>Aumento dos Subgrupos do Ativo .....</b>	<u>23.629.140</u>	<u>26.605.715</u>	<u>18.820.813</u>	<u>23.058.497</u>	<u>25.200.603</u>	<u>20.326.344</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	6.803.570	4.335.170	—	6.648.614	7.550.748	—
Titulos e valores mobiliários .....	12.574.436	11.233.348	10.569.531	12.578.760	11.348.382	9.713.414
Relações interfinanceiras e interdependências .....	—	1.999.066	899.737	—	1.992.981	915.144
Operações de crédito .....	4.251.134	9.038.131	5.006.533	3.831.123	4.308.492	7.019.114
Outros créditos .....	—	—	2.345.012	—	—	2.678.672
<b>Redução dos Subgrupos do Passivo .....</b>	<u>2.631.077</u>	—	<u>5.607.544</u>	<u>2.321.536</u>	—	<u>6.526.815</u>
Depósitos .....	—	—	5.607.544	—	—	6.526.815
Recursos de aceites e emissão de títulos .....	30.983	—	—	32.425	—	—
Relações interfinanceiras e interdependências .....	2.600.094	—	—	2.289.111	—	—
<b>AUMENTO OU REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES .....</b>	<u>2.326.939</u>	<u>2.762.494</u>	<u>(174.420)</u>	<u>2.327.460</u>	<u>2.760.521</u>	<u>(87.330)</u>
<b>MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:</b>						
Início do período .....	3.329.894	2.894.339	3.068.759	3.339.266	2.906.205	2.993.535
Fim do período .....	5.656.833	5.656.833	2.894.339	5.666.726	5.666.726	2.906.205
<b>Aumento ou redução das disponibilidades .....</b>	<u>2.326.939</u>	<u>2.762.494</u>	<u>(174.420)</u>	<u>2.327.460</u>	<u>2.760.521</u>	<u>(87.330)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.